

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS- UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O papel das crenças na violência conjugal e impactos na saúde mental

Dayse Chaves Lemos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Falcke

São Leopoldo- RS

Abril de 2025

Dayse Chaves Lemos

O papel das crenças na violência conjugal e impactos na saúde mental

Tese de doutorado apresentada como exigência parcial para a obtenção do título Doutora em Psicologia Clínica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora

Prof. Dra. Denise Falcke

São Leopoldo, 2025

L557p Lemos, Dayse Chaves.
O papel das crenças na violência conjugal e impactos na
saúde mental / por Dayse Chaves Lemos. – 2025.
103 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São
Leopoldo, RS, 2025.
“Orientadora: Dra. Denise Falcke”.

1. Violência conjugal. 2. Crenças. 3. Saúde mental.
4. Gênero. 5. Cultura. 6. Mulheres. 7. Homens. I. Título.

CDU: 159.9:316.356.2

Dedico esta tese à minha amada filha Clarice, por me fazer compreender de forma tão profunda o significado do amor mais puro que existe.

Agradecimentos

Gratidão é o sentimento que mais expressa o que sinto ao final da escrita dessa tese, pois essa foi uma fase cercada de dores e amores e por isso sou grata por ter chegado ao final dela e conquistado mais esse título na minha carreira acadêmica. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me sustentar, me manter firme e sã durante meu processo. Minha espiritualidade e fé foram fatores que me ajudaram durante esses anos de doutorado.

Agradeço também à minha família querida, meus pais que sempre foram meus principais incentivadores durante todos os anos da minha educação. Sem eles não teria conseguido alcançar nada do que alcancei até hoje, e se agora estou conseguindo chegar ao topo da minha carreira acadêmica, é porque eles estiveram juntos comigo a cada passo. Meu amor por vocês só cresce. Obrigada por serem meus pais!

Gratidão também ao meu amado esposo, que sempre me incentivou e me apoiou em todos os momentos. A parceria e o companheirismo que encontro ao teu lado são algo divino, é surreal. Esse título também é seu! Ao grande amor da minha vida, minha filha Clarice, gratidão por você existir e despertar na tua mãe o desejo de ser uma mãe e pessoa cada vez melhor, esse título também é seu, é para você! Minha pequena luz que apareceu no meio do doutorado, que me deixou com medo do que viria pela frente, mas que no final das contas me deu mais força para conseguir conquistar meus objetivos. Obrigada filha amada por você existir.

À minha doce sobrinha Aline, outra razão da minha vida. Essa tese também é sua, pois sinto que você é uma parte de mim, e em tudo que me dedico e pretendo me desenvolver é no sentido de proporcionar o melhor também para você! Obrigada por

existir e fazer parte da minha vida. Ao meu irmão e cunhada querida, gratidão por serem minha rede de apoio e suporte quando preciso.

Gratidão à melhor orientadora que eu poderia ter: Profa. Dra. Denise Falcke, tua sensibilidade, sabedoria e dedicação nos fazem querer ser pessoas melhores, como alunos, como pesquisadores e como docentes. Digo e repito: tú és a minha inspiração. A maior dádiva desse doutorado foi te ter como orientadora. Gratidão por tudo!

Aos queridos professores de todo o PPG de Psicologia da Unisinos, agradeço pelo cuidado, dedicação e troca que proporcionaram, mesmo em meio a tempos difíceis. Vocês são os melhores que existem e o legado desse PPG ficará para sempre em meu coração e creio que no daqueles que passaram por ele.

Ao meu querido aluno Lucas, que me ajudou durante o processo de divulgação da pesquisa e coleta de dados. Obrigada por estar sempre disponível para me ajudar nesse processo, seu apoio, incentivo e ouvido amigo foram fundamentais para que eu pudesse passar por esse processo de forma mais leve.

Foram muitas as pessoas que me ajudaram nessa trajetória, por isso quero agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha história. Ninguém alcança uma vitória sozinho, por isso o mérito da conclusão desse doutorado é de todos que contribuíram com minha história. Gratidão!!

"A violência não é força, mas fraqueza, nem nunca poderá ser criadora de coisa alguma, apenas destruidora."

Benedetto Croce

Sumário

Resumo.....	08
Abstract	09
Apresentação da Tese	10
Artigo I- Crenças sobre violência conjugal: reflexões a partir de grupos focais online	14
Resumo	14
Abstract	14
Introdução	15
Método	18
Resultados e Discussão	20
Considerações Finais	30
Referências	31
Artigo II- Crenças legitimadoras da violência conjugal: associações com perpetração, vitimização e agravos á saúde mental.....	36
Resumo	36
Abstract	36
Introdução	37
Método	42
Resultados	47
Discussão	50
Considerações Finais	53
Referências	54
Artigo III- Crenças legitimadoras da violência conjugal: papel preditivo de variáveis sociodemográficas.....	61
Resumo	61
Abstract	61
Introdução	62
Método	65
Resultados	69
Discussão	73
Considerações Finais	76
Referências	78
Considerações Finais da Tese	83
Referências da Tese	86

O papel das crenças na violência conjugal e impactos na saúde mental

Resumo

O objetivo dessa tese foi analisar o papel das crenças sobre violência conjugal na ocorrência da violência e seus impactos na saúde mental. Esta tese é composta por três artigos empíricos. O primeiro, qualitativo e exploratório, teve por objetivo investigar as crenças sobre violência conjugal por meio de um grupo focal. Os resultados revelaram três eixos centrais de crenças: 1) influência da cultura, do gênero e da masculinidade na aceitação da violência; 2) transgeracionalidade e a naturalização da violência e 3) justificativas para a ocorrência da violência. O segundo estudo, quantitativo, teve por objetivo identificar o nível de concordância com as crenças, comparar a perspectiva de homens e mulheres e verificar que características sociodemográficas podem ser preditivas de maior concordância com as crenças. Os resultados evidenciaram baixos níveis de concordância com as crenças legitimadoras de violência, mas os homens apresentaram maiores níveis de concordância com as crenças do que as mulheres ($p < 0,05$). O terceiro estudo, de caráter correlacional, buscou analisar o nível de concordância com as crenças e verificar possíveis associações com a perpetração e vitimização nos relacionamentos e seus agravos à saúde mental. Os resultados evidenciaram baixos níveis de concordância com as crenças, mas altos índices de violência e associação entre a ocorrência da violência conjugal e adoecimento mental. Os achados da tese revelam um cenário inicial de transformação nas crenças sobre violência, que ainda parece não se refletir na mudança do comportamento violento na conjugalidade.

Palavras-chave: Violência conjugal, crenças, saúde mental

The Role of Beliefs in Intimate Partner Violence and Impacts on Mental Health

Abstract

The aim of this dissertation was to analyze the role of beliefs about intimate partner violence in the occurrence of violence and its impacts on mental health. This dissertation is composed of three empirical articles. The first qualitative and exploratory study aimed to investigate beliefs about intimate partner violence through a focus group. The results revealed three central axes of beliefs: 1) the influence of culture, gender, and masculinity on the acceptance of violence; 2) transgenerationality and the naturalization of violence; and 3) justifications for the occurrence of violence. The second quantitative study aimed to identify the level of agreement with these beliefs, compare the perspectives of men and women, and verify which sociodemographic characteristics could predict higher levels of agreement with the beliefs. The results showed low levels of agreement with beliefs legitimizing violence, but men presented higher levels of agreement with these beliefs than women ($p < 0.05$). The third study, of a correlational nature, sought to analyze the level of agreement with the beliefs and verify possible associations with perpetration and victimization in relationships and their impact on mental health. The results showed low levels of agreement with the beliefs, but high rates of violence and an association between the occurrence of intimate partner violence and mental illness. The dissertation findings reveal an initial scenario of transformation in beliefs about violence, which still does not seem to be reflected in changes in violent behavior in intimate relationships.

Keywords: Intimate Partner Violence; Beliefs, Mental health

Apresentação da Tese

A problemática da violência conjugal é um fator de grande complexidade, que precisa ser compreendido principalmente em suas associações com diferentes fatores e repercussões, principalmente por envolver questões de ordem emocional de difícil compreensão. Dessa forma, compreender os preditores da violência conjugal ocupa um espaço relevante no processo de entendimento desse fenômeno tão complexo.

Diversos são os estudos que apontam as causas da violência que em geral estão relacionados a fatores sociodemográficos, culturais, transgeracionais e de personalidade (Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015; Haack, 2017; Rosa & Falcke, 2014). O comportamento violento não vai se desenvolver por um só fator, por isso é importante analisar os seus diferentes preditores para uma maior compreensão do fenômeno.

Dentro desse cenário, as crenças cognitivas do sujeito, que são desenvolvidas ao longo de sua vida, influenciadas pela família e validadas pela cultura em que ele está inserido, podem ser vistas como uma das causas relacionadas à ocorrência de violência conjugal nos relacionamentos íntimos (Moura et al., 2021). Essas crenças estão ligadas às ideias que o indivíduo desenvolve de si e do mundo ao seu redor, influenciado assim nas suas emoções e comportamentos (Beck, 2021; Rangé et al., 2011; Wrigth et al., 2018).

Portanto, se há o surgimento e manutenção de crenças disfuncionais ao longo do desenvolvimento do sujeito, normalmente ele acaba compreendendo que essas crenças são a realidade, ele as aceita muitas vezes sem questioná-las, sem analisar se fazem sentido. Assim, com o surgimento de crenças disfuncionais, que podem ser legitimadoras da violência nos relacionamentos íntimos, há maior propensão da ocorrência de violência nas relações conjugais e de sua naturalização (Lelaurain et al., 2021; Massano, 2018;

Moura et al., 2020).

Os desdobramentos e consequências da violência podem ser vistos em diversos âmbitos que vão desde a saúde física das vítimas, danos financeiros e até levar a danos que podem afetar a dinâmica familiar e social. Estudos prévios já demonstraram que, quando a violência ocorre no contexto familiar, ela pode ser naturalizada e esse comportamento violento perpassado de geração em geração (Colossi & Falcke, 2019; Marasca, Razera, Pereira, & Falcke, 2017).

Na compreensão das repercussões desse fenômeno, é válida a compreensão também dos impactos que ela provoca no bem-estar psicológico dos indivíduos. Diversos autores já abordam essa relação da violência com o adoecimento mental e de como isso se trata de um grave problema de saúde pública (Chan et al, 2008; Cerulli, Bossarte & Dicther, 2014; Cezario, Fonseca, Lopes, & Lourenço, 2015; Kamimura et al, 2016; Silva, Coelho, & Njaine, 2014). O impacto da violência entre parceiros íntimos à saúde mental de homens e mulheres pode se apresentar de diversas maneiras, principalmente através de ansiedade, depressão e estresse (Gormley & Lopez, 2010; Hatzenberger, Lima, Lobo, Leite, & Kristensen, 2010; Hegarty et al., 2013).

Esta tese, portanto, considera que a violência conjugal é um fenômeno multifacetado e tem diversas variáveis preditoras que podem levar à sua ocorrência e consequências. Nesse contexto, visa explorar a identificação das crenças sobre violência conjugal e avaliar como elas influenciam na ocorrência da violência e seus impactos na saúde mental de homens e mulheres. A compreensão de relação dessas três variáveis pode auxiliar no entendimento desse fenômeno e auxiliar no desenvolvimento de propostas de intervenções que visem a prevenção da violência nas relações íntimas. A partir do objetivo geral, a tese se apresenta em três seções, que contém três artigos empíricos.

O primeiro artigo, intitulado: Crenças sobre violência conjugal: reflexões a partir de grupos focais online, teve por objetivo investigar qualitativamente as crenças sobre violência conjugal entre homens e mulheres que vivem relações heterossexuais estáveis. A pesquisa foi de caráter qualitativo transversal e exploratório. Os participantes do estudo foram 18 homens e mulheres cisgênero, com idade variando entre 23 e 45 anos, que se encontravam em um relacionamento conjugal heterossexual há pelo menos um ano.

O segundo artigo, intitulado: Crenças legitimadoras da violência conjugal: associações com perpetração, vitimização e agravos à saúde mental, relata uma pesquisa que teve por objetivo analisar o nível de concordância dos participantes com as crenças legitimadoras da violência conjugal e verificar possíveis associações com a perpetração e vitimização no relacionamento íntimo, bem como com agravos à saúde mental. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e correlacional. Foi realizado a partir dos dados coletados com a mesma amostra do estudo apresentado no segundo artigo.

O terceiro artigo, intitulado: Crenças legitimadoras da violência conjugal: papel preditivo das variáveis sociodemográficas, descreve um estudo que teve por objetivo identificar o nível de concordância dos participantes com crenças legitimadoras de violência na conjugalidade, comparar a perspectiva de homens e mulheres e verificar quais características sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade, número de filhos e renda) podem ser preditivas de maiores níveis de concordâncias com as crenças. O estudo teve caráter quantitativo, transversal, com delineamento descritivo, comparativo e explicativo. Contou com 124 homens e mulheres heterossexuais como participantes, com idades de 18 a 62 anos, que estavam em relacionamento conjugal há pelo menos um ano.

Após a apresentação dos artigos, estão expostas as considerações finais da tese. Nela são apresentadas as principais conclusões, além das limitações do estudo e de subsídios para futuras pesquisas.

Artigo I- Crenças sobre violência conjugal: reflexões a partir de grupos focais online

Resumo:

A violência conjugal representa um problema global que gera inúmeras consequências para os envolvidos. Diversos fatores contribuem para sua perpetuação, entre eles as crenças cognitivas, que influenciam a forma como a violência é percebida e justificada nos relacionamentos. Diante disso, este estudo teve como objetivo investigar qualitativamente as crenças sobre violência conjugal. Para isso, foi conduzido um estudo qualitativo, transversal e exploratório, utilizando a técnica de grupo focal. Foram realizados dois grupos focais, somando um total de 18 participantes. A coleta de dados ocorreu de forma online e a análise de dados foi realizada com base na abordagem temática reflexiva. Os resultados revelaram três eixos centrais de crenças: 1) influência da cultura, do gênero e da masculinidade na aceitação da violência, 2) transgeracionalidade e a naturalização da violência; 3) justificativas para a ocorrência da violência. Diante desses achados, conclui-se que as crenças culturais e familiares desempenham um papel central na manutenção da violência conjugal. Dessa forma, ressalta-se a importância de intervenções preventivas e educativas que promovam a desconstrução dessas crenças e incentivem formas mais saudáveis de relacionamento.

Palavras-chave: Violência conjugal; Crenças cognitivas; Transgeracionalidade; Cultura

Abstract:

Intimate partner violence represents a global problem that generates numerous consequences for those involved. Several factors contribute to its perpetuation, among them cognitive beliefs that influence how violence is perceived and justified in relationships. Given this, this study aimed to investigate qualitatively beliefs about intimate partner violence. To this end, a qualitative, cross-sectional, and exploratory study was conducted using the focus group technique. Two focus groups were held, totaling 18 participants. Data collection occurred online, and data analysis was performed based on the reflexive thematic analysis. The results revealed three central axes of beliefs: 1) the influence of culture, gender, and masculinity on the acceptance of violence; 2) transgenerationality and the naturalization of violence; and 3) justifications for the occurrence of violence. Based on these findings, it is concluded that cultural and familial beliefs play a central role in the maintenance of intimate partner violence. Thus, the importance of preventive and educational interventions that promote the deconstruction of these beliefs and encourage healthier forms of relationships is emphasized.

Keywords: Intimate Partner Violence; Cognitive beliefs; Transgenerationality; Culture

Introdução

A violência entre parceiros íntimos é considerada uma das formas mais comuns de violência interpessoal, que pode trazer danos à saúde física e psicológica dos indivíduos, assim como graves consequências sociais. Ela se apresenta de forma variada nas relações conjugais e pode abranger diversos tipos sendo as mais frequentes: física, psicológica e sexual (Razera & Falcke, 2014; Haack, 2017).

A violência física é caracterizada pelo uso de força física, que pode envolver tapas, socos, empurrões, entre outros, e é dirigida a(o) parceira(o) íntima(o) com intenção de causar dano. A violência sexual, por sua vez, consiste na prática de coerção sexual contra a(o) parceira(o) e envolve desde a insistência em fazer sexo e praticar atos sexuais que não sejam em comum acordo até o uso de força física para obrigar o outro a manter a relação sexual. Já a violência psicológica é um tipo de violência mais sutil, pois não apresenta sequelas visíveis, mas ocorre através de, por exemplo, chantagens, gritos, xingamentos, agressões verbais e ameaças dirigidos ao parceiro(a) (Straus et al., 1996).

Estudos apontam que as causas da violência conjugal são múltiplas, abrangendo questões de ordem pessoal, familiar, cultural e transgeracional (Batista et al, 2020; Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015 Haack, 2017; Rosa & Falcke, 2014). Madalena et al. (2018), ao investigarem o poder preditivo da família de origem e das características patológicas da personalidade na violência conjugal sofrida e cometida, por meio de uma pesquisa com 170 casais heterossexuais, observaram que muitas características patológicas da personalidade, como a instabilidade de humor e impulsividade, e experiências na família de origem foram fatores que levaram as mulheres a cometerem violência contra seus parceiros. Em contrapartida, o abuso físico paterno e a agressividade foram os fatores que mais levaram os homens a cometerem violência nos relacionamentos. Ou seja, diversas características individuais podem ser vistas como preditoras da violência nas relações íntimas.

Considerando que os relacionamentos conjugais são relações íntimas que envolvem convívio intenso e profundo na vida do indivíduo, o contexto de violência conjugal nesse cenário, pode afetar a saúde mental dos envolvidos de forma significativa (Cerulli, Bossarte & Dicther, 2014; Kamimura et al, 2016; Silva, Coelho, & Njaine, 2014; Lima et al., 2020). Dessa forma, reconhecer as crenças e a percepção que o indivíduo tem acerca do fenômeno da violência, se faz importante considerando que essas crenças podem também ser preditoras da violência (Moura et al., 2021). Segundo Wrigth et al. (2018), as crenças cognitivas são como matrizes ou regras para o processamento de informação. São princípios duradouros, generalizados e globais de pensamentos que começam a surgir na infância e vão sendo reforçados pelas experiências de vida dos indivíduos.

Beck (2021) observou que essas crenças, muitas vezes, se apresentam de forma distorcida e negativa e causam impactos psicológicos para o indivíduo, levando-os até mesmo a desenvolver sintomas como ansiedade e depressão, podendo causar padrões desadaptativos e disfuncionais de relação com o meio. Segundo a teoria de Beck, os pensamentos automáticos são responsáveis por gerar emoções e comportamentos nos indivíduos. De acordo com a interpretação que a pessoa tem sobre a situação, essa percepção ativa nela pensamentos automáticos, emoções e comportamentos. A percepção que se tem dos eventos que ocorrem tem a ver com as crenças sobre o mundo que o indivíduo possui pois, as crenças cognitivas seriam as matrizes que geram esses pensamentos automáticos (Beck, 2021).

Tendo seu desenvolvimento inicial na infância, as crenças cognitivas são ideias absolutas e rígidas, geralmente sobre si, as pessoas e o mundo em geral. Elas se tornam tão internalizadas no indivíduo que acabam sendo consideradas como verdades absolutas que não são nem mesmo questionadas. Dessa forma, se as crenças cognitivas disfuncionais prejudicam o desenvolvimento psicológico saudável dos indivíduos, infere-se que elas também podem influenciar no comportamento disfuncional em nível relacional como nos casos de violência

contra parceiros íntimos. As crenças, desenvolvidas culturalmente e introjetadas na mentalidade social, podem ser legitimadoras da violência na conjugalidade (Lelaurain, 2021).

Um estudo de Ferrer-Pérez et al. (2019), teve por objetivo comparar as crenças sobre a violência dos parceiros íntimos contra as mulheres, utilizando um inventário de pensamentos distorcidos sobre mulheres e violência, composto por 29 itens binários sobre pensamentos irracionais no agressor, 13 relacionados a papéis sexuais de inferioridade das mulheres e 16 sobre uso da violência como forma de resolução de conflitos. Os resultados evidenciaram que há diferenças nas crenças e atitudes sobre a violência entre homens e mulheres e entre pessoas que receberam ou não treinamento acadêmico acerca da violência no período de aplicação do questionário, tendo em vista que nessa pesquisa ele foi aplicado em dois momentos. O estudo mostrou que as mulheres apresentaram pontuação mais baixa e menos crenças relacionadas à aceitabilidade da violência do que os homens, assim como as pessoas que receberam treinamento acerca da violência.

No Brasil, estudo realizado com 1.337 adultos (Moura et al., 2021), para tradução e adaptação da Escala de Crenças sobre Violência conjugal ao contexto nacional, constatou que ser do gênero masculino, com menor nível de escolaridade e ter filhos foram características dos participantes que demonstraram maior nível de concordância com as crenças apresentadas nas questões do instrumento e que podem ser consideradas legitimadoras de violência entre parceiros íntimos.

Dessa forma, considerando que as crenças influenciam nas reações emocionais e comportamentais dos indivíduos, é importante compreender quais crenças sobre a violência estão mais evidentes entre homens e mulheres no contexto atual. Assim, o objetivo desse estudo foi investigar qualitativamente crenças sobre violência conjugal.

Método

Delineamento

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, transversal, exploratória. A pesquisa exploratória tem o objetivo de tornar o problema de pesquisa mais explícito e proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o tema (Gil, 2002).

Participantes

Os participantes do estudo foram 11 mulheres e sete homens cisgênero, com idade variando entre 23 e 45 anos, que se encontram em um relacionamento conjugal heterossexual. Foi feita essa opção para o presente estudo por considerar a relevância do gênero nas diferentes expressões da violência. Foi um critério de inclusão o relacionamento ter duração de pelo menos um ano, que é o tempo indicado pela literatura como etapa inicial para construção de uma conjugalidade (Tissot & Falcke, 2017). Segue abaixo tabela com características sociodemográficas dos participantes:

Tabela 1

Frequência e percentual das características sociodemográficas dos participantes (n=18)

Características	n	%
Gênero	Feminino	11
	Masculino	7
Estado Civil	Casado	9
	União Estável	2
	Solteiro	7
Raça/ Etnia	Branco	11
	Negro	1
	Pardo	6
Tempo com atual Companheiro (a)	1 a 3 anos	7
	3 a 5 anos	2
	5 a 10 anos	8
	Mais de 15 anos	1
Filhos	Sim	6
	Não	12
Quantidade de filhos	1 filho	3
	2 filhos	2
	3 filhos	1

Escolaridade	Ensino Médio	3	16,7
	Ensino Superior	7	38,9
	Pós-graduação (Lato Sensu)	6	33,3
	Pós-graduação (Strictu Sensu)	2	11,1
Situação de trabalho	Desempregado	2	11,1
	Autônomo	1	5,6
	Empregado	13	72,2
	Estudante	1	5,6
	Aposentado/pensionista	1	5,6
Renda Mensal	Até 1 salário mínimo	1	5,6
	1 a 2 salários mínimos	6	33,3
	2 a 3 salários mínimos	4	22,2
	3 a 5 salários mínimos	3	16,7
	5 a 10 salários mínimos	3	16,7
	Mais de 10 salários mínimos	1	5,6
Se declara de alguma religião	Sim	8	44,4
	Não	4	22,2
	Não responderam	6	33,4

Instrumentos

Para essa pesquisa qualitativa foram utilizados como instrumentos: um questionário de dados sociodemográficos, com o objetivo de identificar algumas características dos participantes como cidade em que residem, situação conjugal, tempo de relacionamento, filhos, escolaridade e renda, e a técnica principal para a coleta de dados foi o grupo focal. A técnica do grupo focal consiste em, através da interação grupal, discutir e dialogar uma ideia ou conceito específico entre os membros do grupo. A interação grupal e seus desdobramentos são pontos importantes dessa técnica (Ressel, et al, 2008).

O grupo foi iniciado com uma questão disparadora: o que vocês acreditam que leva a ocorrência de violência conjugal? E a partir dessa questão disparadora foram discutidas as crenças que os participantes têm acerca da violência conjugal.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no formato *online*. A princípio foi lançado convite para participação do grupo focal através de um *folder* que foi divulgado nas redes sociais junto com formulário criado no *GoogleForms*. O *folder* teve apenas o objetivo de convidar os

participantes para o grupo focal, por isso no *link* do *Googleforms*, os participantes que aceitaram o convite e optaram em dar seguimento à pesquisa informaram seu número telefônico ou e-mail para agendamento do grupo focal que foi realizado via *Google Meet*. Foram montados dois grupos focais, com apenas um encontro com cada um deles. O Primeiro grupo teve duração de 60min e o segundo de 90 minutos. As sessões foram gravadas em áudio para análise e transcrição do conteúdo discutido.

A pesquisa seguiu todas as recomendações éticas e orientações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), para a pesquisa com seres humanos. Para a realização deste estudo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS e todos os participantes estiveram cientes dos procedimentos da pesquisa e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os termos de consentimento livre e esclarecido serão arquivados pelo período de cinco anos junto à pesquisadora responsável.

Análise de dados

Para análise de dados foi realizada uma análise descritiva, a fim de caracterizar os participantes em relação ao perfil sociodemográfico. O conteúdo do grupo focal foi analisado com base no método da análise temática reflexiva de Braun e Clarke (2019), que tem por objetivo identificar, analisar e delimitar temáticas diante de muitos dados. Foi realizada a leitura detalhada do conteúdo dos grupos focais e realizadas anotações dos elementos chaves, e posteriormente os dados foram agrupados por similaridade e foram definidas as temáticas emergentes das respostas.

Resultados e discussão

A partir da análise do conteúdo discutido nos dois grupos focais, foi observado que os participantes trouxeram várias crenças sobre a violência conjugal. As principais crenças

associadas à violência nos relacionamentos íntimos foram agrupadas nas seguintes temáticas: 1) cultura, gênero e masculinidade; 2) transgeracionalidade e naturalização da violência; e 3) justificativas para a ocorrência da violência. Dessa forma, os resultados serão discutidos a partir desses três eixos temáticos.

Crenças sobre cultura, gênero e masculinidade

As falas dos participantes destacam diversas crenças sobre as possíveis causas da violência conjugal, muitas vezes associando esses comportamentos a fatores sociais e culturais. Em particular, a socialização cultural é apontada como uma das principais causas da violência, com normas religiosas e culturais desempenhando um papel central na sua normalização desde a infância, como aborda as falas abaixo:

"Eu acho que o homem se vê, pela construção que foi feita histórica, o homem acaba se vendo de um modo geral como superior. É só lembrar que a gente foi criado em uma sociedade patriarcal né? Onde tudo gira em torno do homem. Então infelizmente, eu acho que isso já diminuiu bastante né? Mas ainda existe" (Participante G1, Homem, 32 anos).

"Eu já presenciei uma situação na minha família, de que a pessoa sofria violência doméstica e tudo mais e quando ela voltava pra casa dos pais pra procurar apoio, pra ser acolhida, ela sempre ouvia que ela tinha que voltar pra casa, porque ela precisava criar os filhos dela, que pra sociedade mulher solteira criando os filhos sozinha era feio, então tem toda essa questão familiar, de falta de apoio, de não ter rede de apoio e tudo mais" (Participante G1, Mulher, 25 anos)

"Tem questão do homem se achar superior e se colocar como superior, existe também o fato da mulher às vezes se colocar na posição de inferior e até mesmo outras mulheres ajudarem a ela se colocar nessa posição" (Participante G1, Homem, 45 anos)

Os aspectos culturais sempre estiveram presentes na discussão sobre a violência conjugal, principalmente no que se refere a como o gênero e a cultura patriarcal influenciam nas formas de relacionamento e prevalência da violência (Acosta, 2020; Campos, et. al, 2024; Cezerilo & Franze, 2020;). O grupo destacou crenças relacionados à cultura que podem influenciar no contexto da violência dentro dos relacionamentos íntimos e como a assimetria de gênero e o estereótipo de masculinidade podem afetar os relacionamentos conjugais (Sousa & Duque, 2018).

O grupo destaca que a cultura patriarcal contribui na construção da assimetria de gênero e corrobora a ideia de que o gênero masculino tem mais poder do que o feminino, e por isso tem mais direitos. Dessa forma, essa hierarquização de poderes, através desses discursos, acaba gerando maior legitimação da violência, principalmente do homem contra a mulher (Acosta, 2020; Campos, et. al, 2024; Cezerilo & Franze, 2020;). A cultura que descreve modelos do homem que não pode expressar suas emoções também acaba provocando essas consequências. A não expressão de emoções e estimulação de diálogo como forma de resolução de conflitos foi vista como um fator que pode gerar a violência.

" Então, assim, eu acho que aumenta muito a violência o fato de não conhecer as suas próprias emoções. E nós temos uma cultura que nós não aprendemos isso ". (Participante G2, Mulher, 29 anos).

Considerando outros aspectos da cultura, o grupo considera que comportamentos agressivos por parte dos homens são mais naturalizados e aceitos socialmente até como prova de masculinidade (Connell & Messerschmidt, 2013). No entanto, podemos observar que esses aspectos culturais acabam gerando até mesmo consequências aos homens, quando esses é que se encontram na situação de vítimas de violência. O grupo abordou esse contraponto, de quando o homem é vítima da violência. Sobre isso, os participantes disseram:

"Na sociedade que a gente vive e que impera o machismo e dentre outras situações, é até difícil para um homem admitir que ele tá sofrendo esse tipo de violência. Eu, particularmente, nunca tive amigos que chegaram pra mim e falaram: "ah eu passei por isso". (Participante G2, Mulher, 31 anos).

"Eu tenho um amigo que é psicólogo e ele disse um dia... ele foi contar que a ex esposa dele batia nele e todo mundo caiu na gaitada rindo dele. E ele disse que se sentiu assim muito exposto porque ele foi abrir algo na intenção de buscar ajuda e as pessoas simplesmente começaram a rir dele. Ele: "o que eu faço? Eu não posso revidar? Não posso acabar com meu casamento". (Participante G2, Mulher, 29 anos).

Nesse contexto, pode-se observar que questões referentes à masculinidade, construídas em nossa cultura que espera que o homem seja forte e não demonstre suas emoções, acabam sendo fatores que contribuem para o não entendimento de seus sentimentos e consequentemente para a formação de estratégias não funcionais de lidar com as suas emoções, como a violência (Sousa & Duque, 2018; Teodoro, 2020).

No que diz respeito à prevalência da violência, o grupo considera que as mulheres estão mais propensas a passar por essa situação e que a cultura fortalece a ideia de que ela deve permanecer dentro dessa relação. Essas crenças de que devem permanecer, aguentar e se manter firmes em busca de salvar a relação estão presentes no nosso contexto cultural como algo esperado do papel feminino, como aparece na seguinte fala:

"Vamos colocar a seguinte situação hipotética tá? Totalmente. Vamos supor que a mulher se casou com um rapaz tá? Depois de algum tempo começam a se desentender, brigas, enfim. Ela se vê de certa forma dependente talvez emocionalmente alguma coisa assim e tenta se livrar disso, mas é digamos que a sociedade, vamos dizer assim, a mãe dela vai, as irmãs, as tias vão

dizer para que ela tente manter esse relacionamento, tente salvar esse relacionamento".
(Participante G1, Homem, 45 anos).

Existe a ideia no grupo de que, dentro do contexto de nossa sociedade, a mulher é mais incentivada a aceitar padrões violentos, até mesmo por sua própria família. A cultura influencia os grupos em que essa mulher está inserida e consequentemente o ambiente familiar que exerce peso no comportamento que ela vai ter no relacionamento íntimo. Essa ideia pode ser corroborada pelo estudo de Lelaurain et al. (2021), que teve por objetivo compreender o papel mediador do amor romântico nas ideologias patriarcais e a influência na violência na França. Participaram do estudo 253 pessoas entre 18 e 80 anos e os resultados indicaram que as ideologias que legitimam o patriarcado são mediadoras entre o amor romântico e a violência entre os parceiros íntimos, demandando especialmente das mulheres o esforço pela manutenção dos relacionamentos amorosos.

Crenças de transgeracionalidade e naturalização da violência

Foi possível observar que a transgeracionalidade foi vista como um fenômeno precipitador da violência conjugal, por perpetuar crenças familiares que podem levar à naturalização da violência nos relacionamentos. A transgeracionalidade está relacionada a padrões de comportamentos que são passados de geração em geração no âmbito da família. Esses padrões, podem ser aprendidos, naturalizados e perpetuados, inclusive dentro do contexto de violência conjugal. Pessoas que presenciaram a violência durante os anos de seu desenvolvimento podem repetir esse comportamento em seus relacionamentos íntimos (Brum et al., 2021; Falcke e Wagner, 2005; Falcke et al., 2005)

As falas revelam que a normalização da violência em contextos familiares faz com que comportamentos agressivos sejam vistos como respostas aceitáveis ou inevitáveis em situações de conflito, perpetuando assim um ciclo de violência aprendido e reproduzido ao longo da vida:

"Um dos fatores que pode fazer com que isso(violência) seja mais comum, talvez seja a criação. Uma moça, que cresceu convivendo com agressão dentro de casa, seja ela verbal ou chegando até a física, ela vai normalizar mais isso. Tudo bem, meu pai falava que amava minha mãe, cuidava da gente e às vezes ele se alterava, então ela vai ter um limiar de aceitação diferente de uma pessoa que nunca conviveu com isso e vale também para os rapazes." (Participante G1, Mulher, 35 anos).

"Eu vejo de uma forma assim: as pessoas podem trazer isso de família. Ter alguma coisa que ficou da infância. Pode trazer isso e depois de um tempo, vamos supor, a pessoa não mostrou e ela se mostra depois de um tempo." (Participante G2, Homem, 36 anos).

Esses conteúdos reforçam a ideia de que as causas da violência não são exclusivamente individuais, mas estão profundamente enraizadas em contextos familiares, sociais e culturais que moldam comportamentos e atitudes (Candido & Filho, 2020; Saffioti, 2011). O impacto da educação e socialização no desenvolvimento de comportamentos violentos fica enfatizado. Para muitos, a violência é aprendida desde cedo, seja por experiências diretas de abuso ou pela observação de dinâmicas violentas entre figuras parentais. Essas vivências acabam influenciando percepções e comportamentos futuros, especialmente em situações de conflito emocional, sugerindo que as consequências da violência podem ser duradouras e afetar profundamente a vida das vítimas e agressores.

As falas também refletem uma compreensão de que as experiências de infância e influências familiares desempenham papéis cruciais na formação de comportamentos violentos. Muitas vezes, a violência é perpetuada por ciclos familiares, com a agressão sendo vista como um comportamento aprendido e replicado de geração em geração. Esse ciclo sugere que a violência é muitas vezes vista como uma característica inevitável de certos contextos familiares, especialmente onde as relações de poder e controle são acentuadas. A forma como

a violência é apresentada, no contexto familiar, exerce influência na forma como o indivíduo vai compreender o que é a violência, levando até a sua naturalização (Lelaurain et al., 2021).

Os discursos abaixo mostram como o grupo pontuou essa naturalização:

"Hoje em dia qualquer tipo de violência ainda é muito naturalizada. Principalmente assim você escuta de gente da família, não mas foi só dessa vez, isso não vai mais acontecer talvez ou ela ou ele estava chateado com algo mas é normal e etc." (Participante G2, Mulher, 31 anos).

"Às vezes eles não sabem que xingar é violência, só que ai tudo vem ai de um contexto familiar que ai vocês sabem que é algo mais contextualizado, assim né ?!" (Participante G1, Mulher, 25 anos).

Esse contexto de naturalização da violência, pode ser visto em outros estudos, como constatado na pesquisa realizada por Brum et al. (2021), que teve por objetivo compreender as experiências familiares e conjugais de mulheres em situação de violência conjugal. Essa pesquisa foi um estudo de casos múltiplos, com três mulheres em situação de violência conjugal. Foi realizada uma entrevista sobre as relações familiares e o genograma familiar e os resultados evidenciaram, através da investigação das relações transgeracionais, que essas mulheres haviam vivenciado padrões violentos em suas próprias famílias de origem na infância e/ou adolescência, e presenciado violência entre os pais, ou foram vítimas diretas de violência parental. O estudo conclui que essas vivências de violência podem ter favorecido a manutenção das mulheres nas relações violentas, possivelmente por crenças de que a violência é inerente a esse tipo de relacionamento.

Justificativas para a ocorrência da violência

As falas dos participantes refletem uma série de crenças e racionalizações que tendem a justificar ou contextualizar a violência em relações íntimas. Em várias falas, observou-se que

a violência é entendida como parte da dinâmica conjugal, iniciada de forma mais sutil e como os sinais iniciais não são abordados adequadamente pelos cônjuges, isso acaba por legitimar sua ocorrência ao longo do tempo.

"Começa de forma sutil. Então às vezes é até uma questão da gente projetar na outra pessoa, algo que talvez a gente queira mas a gente acaba relevando certos sinais, né? Aqueles sinais que vão sendo dados e que com o tempo vai progredindo e a gente não percebe" (Participante G2, Mulher, 33 anos).

"Acho que tem a questão do controle também em tudo, né? Desde um corte de cabelo, uma roupa usada, é... esses tipos né de coisas" (Participante G2, Homem, 36 anos).

"Às vezes a violência não é muito discutida, né? A gente não entra nesses tipos de assunto, mas é mais comum do que a gente imagina, né? (Participante G2, Homem, 32 anos).

As falas dos participantes sugerem que a violência pode ser justificada por seu início a partir de sinais sutis que são ignorados ou não abordados adequadamente. Isso reflete a ideia de que a violência é percebida como uma consequência natural de sinais não reconhecidos, levando à sua intensificação ao longo do tempo. Destacando esse início sutil, também foi observada a ideia de que o controle sobre aspectos aparentemente pequenos pode caracterizar a violência, como uma forma de impor limites ou estabelecer a superioridade no relacionamento. Isso reflete uma crença de que a violência pode ser uma forma de controle quando questões de poder estão em jogo. Ao mencionar que a violência é mais comum do que se pensa, o participante sugere que ela se torna uma parte oculta, mas de certa forma aceita nas dinâmicas de relacionamento, o que pode levar à sua justificação implícita por ser pouco discutida.

A necessidade de controle e o não entendimento das emoções como uma justificativa implícita para a violência foram destacados no grupo focal. Alguns participantes mencionaram

que a busca por segurança emocional e estabilidade no relacionamento pode levar a ações violentas, que são vistas como reações de certa forma aceitáveis dentro do contexto emocional do casal. Assim como a falta de entendimento das emoções têm um peso significativo na ocorrência da violência. Essa visão pode ser vista na fala abaixo:

"A falta de regulação emocional influencia bastante isso, acho que a colega pontuou bastante isso do quanto entender como a gente funciona, como a gente lida com nossos sentimentos. Acho que isso é fundamental. E isso não tem essas estratégias para conseguir lidar com a raiva, entender até o funcionamento da raiva isso também acaba refletindo violências porque tem toda uma questão cultural-social também: de que como se a raiva em si fosse uma emoção horrível. Então bloqueia a raiva, esconde a raiva, ninguém pode sentir raiva de nada... e na verdade ela é necessária pra gente colocar limites, pra gente entender senso de certo e errado, justo e injusto. Ela é funcional e se a gente não consegue entender quando que a gente tá sentindo, pra que que ela tá servindo, de que maneira a gente vai lidar... Acho que isso também acaba refletindo em situações de violência sim! Então acho que são esses pontos, modelagem e regulação emocional que interferem mais" (Participante G2, Mulher, 31 anos).

Nessa fala a participante sugere que a violência pode ocorrer a partir da não identificação e manejo da raiva de forma adequada pelo sujeito. Através dessa fala pode-se perceber que a não compreensão das emoções leva a sinais sutis de violência que são ignorados ou não abordados no início do relacionamento. Isso reflete a ideia de que a violência pode ser percebida como uma consequência de sinais não reconhecidos, levando à sua intensificação ao longo do tempo. Crenças sobre diferentes justificativas para a ocorrência da violência também se mostraram enraizadas em experiências pessoais, onde os participantes utilizam contextos específicos para validar ou racionalizar comportamentos violentos. As falas revelam que, embora haja uma concordância geral de que a violência não tem uma justificativa adequada,

em certos casos extremos de autodefesa a violência é considerada compreensível, como demonstra a fala abaixo:

"A violência verbal às vezes ela tem (justificativa), se for pra dar um gelo, muita das vezes a pessoa não sabe como reagir, ou como discutir e a ferramenta dela é dar um gelo pra ver se ou a pessoa se cala ou se ela desiste da briga, então tipo chega a ser uma violência por ela ignorar ou sei lá mandar calar a boca ou alguma coisa, mas ela quer que chegue a isso pra que destoe aquele problema que está se agravando, então né eu acho que enquanto você não partir para uma ofensa que chegue a causar qualquer sofrimento na outra pessoa, ofender a outra pessoa de uma forma que ela se sinta machucada, seja sentimentalmente, ou alguma coisa do tipo, eu acho que normal, acaba acontecendo, acaba sendo justificável. Agora quando você parte para uma agressão onde você ofende, onde você fere, aí já perde as razões."
(Participante G1, Homem, 34 anos).

Mesmo nesses cenários, prevalece no grupo a ideia de que violência perpetua violência e que as soluções estão em intervenções que promovam tratamento e autoconhecimento. Algumas falas indicaram que determinados comportamentos podem agravar a violência e não a justificam. Aqui há uma distinção importante entre a compreensão das causas subjacentes da violência e a aceitação da violência como resposta válida. Os participantes expressaram que é fundamental que se promova acolhimento e compreensão no tratamento das vítimas. Essa posição reflete uma crítica subjacente às respostas institucionais e à forma como os abusos são muitas vezes expostos publicamente, sugerindo que medidas podem, por vezes, falhar em proteger as vítimas e em promover a recuperação adequada.

Em resumo, as crenças que justificam a violência parecem estar intimamente ligadas a dinâmicas emocionais complexas e ao contexto cultural e familiar em que ocorrem, evidenciando a necessidade de intervenções que vão além da condenação moral, focando no

entendimento das raízes emocionais e relacionais que perpetuam tais comportamentos, corroborado a literatura prévia (Borges et. al, 2020; Lemos et.al, 2023; Gonçalves, 2020; Lixa, 2024). A fala dos participantes mostram que as causas da violência são frequentemente vistas como complexas e multifatoriais, envolvendo aspectos como dependência emocional, controle econômico, isolamento familiar e pressões culturais. Destacam a dificuldade de reconhecê-la nos relacionamentos, especialmente as manifestações iniciais mais sutis que podem surgir associadas a dificuldade de manejo das emoções.

Ao apontar para dinâmicas interpessoais e contextos de poder, os participantes sugerem que a violência é resultado tanto de experiências individuais quanto de influências sociais mais amplas. As crenças indicam que, para entender e combater a violência conjugal, é necessário considerar não apenas os atos em si, mas também as condições subjacentes que perpetuam esses comportamentos.

Considerações Finais

A partir do presente estudo foi possível observar que os participantes entendem que as crenças sobre violência estão enraizadas nos indivíduos de forma que influenciam sua opinião e vivências nos relacionamentos conjugais. De acordo eles, ideias acerca de gênero e masculinidade que são perpetuadas culturalmente durante o desenvolvimento dos indivíduos influenciam na ocorrência da violência conjugal. Foi observado também que os participantes compreendem que as experiências vividas nas famílias de origem levam a naturalização da violência nos relacionamentos íntimos e repetição de padrões violentos de comportamento, assim como a dificuldade de reconhecimento e manejo das emoções.

A compreensão de contextos culturais em que há assimetria de gênero se faz importante para que sejam trabalhadas, através da educação, a mudança de mentalidade e crenças que possam levar à ocorrência da violência e até mesmo a sua legitimação. A psicoeducação, principalmente no que diz respeito à importância do diálogo e formas de resolução de conflitos,

também é um ponto relevante a ser desenvolvido no âmbito familiar e social. Considerando que a família é o primeiro grupo social em que o indivíduo se encontra inserido, os padrões e modelos de comportamento que ele aprende nesse contexto terão impactos na formação de suas crenças sobre si, o mundo e os outros. Dessa forma potencializar as famílias para obter padrões assertivos para resolução de conflitos pode levar a prevenção da violência.

A compreensão da violência conjugal como fenômeno não justificável e que deve ser evitado é um fator que deve ser levado em conta, pois o estudo mostrou que os participantes têm a crença de que em algumas situações a violência psicológica ou verbal pode ser justificada, o que leva a sua perpetuação e naturalização. Contudo, pode-se observar que as crenças acerca da violência conjugal são multifacetadas e complexas, pois envolvem muitas variáveis que permeiam desde fatores sociais até fatores individuais. Compreender essas facetas faz com que nos aproximemos de intervenções que ajudem na prevenção e consequente diminuição da violência nos relacionamentos íntimos.

Referências

- Acosta, M. L. (2020). Gender-based violence during the pandemic and lockdown. *Revista Española de Medicina Legal*, 46(3), 139-145. <https://doi.org/10.1016/j.reml.2020.05.005>.
- Batista, V.C., Marcon, S.S., Arruda, G.O., Teston, E.F., Monteschio, L.V.C., Godoy, F.J., Cardelli, A.A.M., Silva, E.S. (2020). Fatores associados às práticas de violência conjugal em mulheres de apenados. *Acta Paulista de Enfermagem*, 33, 1-11. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020AR01505>
- Beck, J. S. (2021). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (3ª ed.). Artmed.
- Borges, J. L., Heine, J. A., & Dell' Aglio, D. D. (2020). Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 438-448. <https://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2>

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597.

Brum, R. R., Pereira, C. R. R., Rodrigues, T. P., & Santos, A. N. (2021).

Transgeracionalidade e violência: Um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Psicologia e Pesquisa*, 15, 1-28. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.31206>

Campos, L. M., Gomes, M. P., Almeida, L. C. G., Webler, N., Virgens, I. R., Assunção, A. C. R., Santos, J. G., & Costa, D. M. S. G. (2024). *Revista Mineira de Enfermagem*, 28, e-153, 1-8. <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2023.41387>

Cândido, I. P. M. B., & Filho, O. A. V. (2020). Causas da violência doméstica e familiar contra mulheres em Caruaru/PE. *Revista Científica do UniRios*, 2, 366. Recuperado de https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/25/causas_de_violencia.pdf

Cezerillo, F. A. D. S. L., & Franze, J. J. (2020). A problemática da violência conjugal em Moçambique. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 7(1), 33-51. Recuperado de <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/348/208>

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014

Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-45). Edipucrs.

Falcke, D., Wagner, A., & Mosmann, C. (2005). Passando a história a limpo: O impacto das experiências da família de origem na conjugalidade. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 67-79). Edipucrs.

Ferrer-Pérez, V. A., Bosch-Fiol, E., Sánchez-Prada, A., & Delgado-Álvarez, C. (2019).

Crenças e atitudes sobre a violência praticada pelos parceiros íntimos contra as mulheres na Espanha. *Psicothema*, 31(1), 38-45. <https://doi.org/10.734/psicothema2018.206>

Gonçalves, D. M. (2020). Fatores de risco preditores de episódios de violência doméstica repetida: Avaliação de risco focalizada nas vítimas (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.

Lemos, D. C., Falcke, D., & Oliveira, E. L. (2023). Ciúme, violência conjugal e saúde mental: Prevalência e fatores associados. *Revista Quaderns de Psicologia*, 25(2). <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1921>

Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J. C., Guignard, S., & Monaco, G. L. (2021). Legitimizing intimate partner violence: The role of romantic love and the mediating effect of patriarchal ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 6351-6368. <https://doi.org/10.1177/0886260518818427>.

Lima, L.S., Carmo, T.O.M., Neto, C.S.B., Pena, J.L.C. (2020). Síntomas depressivos en gestantes y violencia de pareja: un estudio transversal. *Revista Electronica Trimestral de Enfermería*, 60, 1-15. <https://doi.org/10.6018/eglobal.408841>.

Lixa, A. C. S. (2024). Violência bidirecional: Preditores sociodemográficos (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal).

Madelena, M., Carvalho, L. F., & Falcke, D. (2018). Violência conjugal: O poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 75-91.

Marasca, A., Razera, J., Pereira, H. J. R., & Falcke, D. (2017). Marital physical violence suffered and committed by men. *PSICO-USF*, 22, 99-108.

- Moura, J. Q., Habigzang, L. F., Matos, M., & Gonçalves, M. (2021). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECV): Versão Brasileira. *Psico-USF*, 26(4), 603-616.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>
- Razera, J., & Falcke, D. (2014). Relacionamento conjugal e violência: Sair é mais difícil que ficar? *Aletheia*, 45, 156-167.
- Ressel, L. B., Beck, C. L. C., Gualda, D. M. R., Hoffmann, I. C., Silva, R. M., & Sehnem, G. D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto e Contexto Enfermagem*, 17(4), 779-786. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>
- Saffioti, H. I. B. (2011). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Scorsolini-Comin, F., Moraes, N. A., & Koller, S. H. (2017). Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde: Inquietações, dilemas e perspectivas nas pesquisas das ciências humanas e sociais. *Revista SPAGESP*, 18(2), 1-5. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200001&lng=pt&nrm=iso
- Souza, D. C., & Duque, A. N. (2018). A influência do machismo na violência conjugal: Uma revisão de literatura entre 2000-2017. *Gênero na Amazônia*, 13, 187-199. Recuperado de https://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-13/14_A-influencia-do-Machismo-e-Violencia-Conjugal..pdf
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Buncy-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.
- Tissot, D. W., & Falcke, D. (2017). A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 265-276.
- Teodoro, F. N. J., & Brasil, L. F. (2020). A banalização da violência contra a mulher: Uma análise da culpabilização da vítima sob o olhar de Hanna Arendt. *Práxis Jurídica*, 4(1), 1-

23. Recuperado de file:///Users/daysechaveslemos/Downloads/jmoura,+6426-
Texto+do+artigo-10890-1-6-20210203.pdf

Victoria A. F.P., Esperanza B.F., Andrés S.P., Carmen D.A. (2019). Crenças e atitudes sobre a violência praticada pelos parceiros íntimos contra as mulheres na Espanha. *Psicothema*, 31(1), 38-45. <https://doi.org/10.734/psicothema2018.206>

Artigo II- Crenças legitimadoras da Violência Conjugal: associações com perpetração, vitimização e agravos à saúde mental

Resumo

As crenças legitimadoras da violência conjugal são concepções que tendem a justificar a ocorrência da violência nos relacionamentos íntimos. O objetivo desse artigo é analisar o nível de concordância com as crenças legitimadoras da violência conjugal e verificar possíveis associações com a perpetração e vitimização no relacionamento íntimo e seus agravos à saúde mental. A pesquisa tem o caráter quantitativo, transversal e correlacional. A amostra foi composta por 124 indivíduos que se encontravam em um relacionamento heterossexual. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico, ECVC- Escala de crenças sobre violência conjugal, CTS-2 *Revised Conflict Tactics Scale*, e EADS 21- Escalas de Ansiedade, Depressão e Estresse. Foram realizadas análises descritivas e análise de correlação de Spearman para avaliar associação entre as variáveis. O nível de maior concordância com as crenças é no fator legitimação da violência pela atribuição de causas externas. Verificam-se associações significativas apenas entre a legitimação da violência em razão da privacidade familiar e a coerção sexual menor cometida pelo participante. Houve associações entre as dimensões da violência sofrida e perpetrada e o adoecimento mental. O estudo observou que, por mais que a mudança de crenças seja importante, ela parece não garantir a ocorrência da perpetração e vitimização da violência nos relacionamentos.

Palavras-Chaves: Crenças; Violência Conjugal; Saúde Mental

Abstract

Legitimizing beliefs about intimate partner violence are conceptions that tend to justify the occurrence of violence in intimate relationships. The aim of this article is to analyze the level of agreement with legitimizing beliefs about intimate partner violence and to verify possible associations with perpetration and victimization in intimate relationships and their impact on mental health. The research has a quantitative, cross-sectional, and correlational nature. The sample consisted of 124 individuals who were in a heterosexual relationship. The instruments used were a sociodemographic questionnaire, the SBMV - Scale of Beliefs about Marital Violence, the CTS-2 Revised Conflict Tactics Scale, and the DASS-21 - Depression Anxiety and Stress Scale. Descriptive analyses and Spearman correlation analysis were performed to assess the association between the variables. The highest level of agreement with the beliefs is in the factor of legitimizing violence by attributing external causes. Significant associations were found only between the legitimization of violence due to family privacy and minor sexual coercion committed by the participant. There were associations between the dimensions of experienced and perpetrated violence and mental illness. The study observed that, although the change in beliefs is important, it does not seem to guarantee the non-occurrence of perpetration and victimization of violence in relationships.

Keywords: *Beliefs; Intimate Partner Violence; Mental Health*

Introdução

A violência conjugal é a violência que é perpetrada entre parceiros íntimos. Compreendendo a complexidade do fenômeno, vemos que a violência conjugal pode ser abordada por diferentes perspectivas. A violência conjugal, entendida por uma visão de gênero, compreende que a relação de violência que ocorre entre parceiros íntimos é predominantemente constituída por um homem que é agressor e por uma mulher que é vítima de violência, por sua condição de ser mulher. O histórico de uma cultura patriarcal, onde o homem se vê e se comporta socialmente como um ser superior à mulher reforça essa visão, pois por muito tempo mulheres não tinham direitos civis e pessoais iguais aos dos homens (Lacerda & Costa 2013; Carneiro et al., 2017).

Por sua vez, a abordagem sociológica da família e a abordagem sistêmica, ao debruçarem seu olhar sobre o fenômeno da violência, entendem que o gênero é um importante marcador de poder nos relacionamentos, entre outros marcadores, e que as causas da violência nos relacionamentos íntimos são múltiplas. Dessa forma, compreendem que a violência conjugal não é sempre unidirecional, mas pode se manifestar, em alguns casos, mutuamente entre o casal, considerando que diferentes tipos de agressão podem ser tanto sofridos quanto perpetrados, tanto por homens quanto por mulheres (Cezario et al., 2015; Machado & Matos, 2014; Paim et al., 2012).

Dados nacionais indicam altos índices de violência conjugal nos relacionamentos, que podem ser demonstrados através da pesquisa de Falcke et al. (2017), que teve por objetivo mapear a violência conjugal no Rio Grande do Sul, considerando três formas de violência: psicológica, física e sexual. A amostra do estudo foi comunitária, composta por 751 casais em união estável, com idade entre 18 e 80 anos e demais características sociodemográficas variadas. Na pesquisa foi utilizada, além do questionário sociodemográfico, uma escala que

teve por objetivo identificar a ocorrência da violência conjugal e os resultados evidenciaram que a violência dentro dos relacionamentos íntimos nessa amostra foi cometida principalmente de forma bidirecional, tanto por homens quanto por mulheres. Os índices de violência cometida pelos participantes variaram de 1,9%, de coerção sexual grave, a 83,9% de violência psicológica menor. Na comparação entre os sexos, foi observado que os homens relataram cometer significativamente mais coerção sexual, e as mulheres cometeram mais violência psicológica. No estudo não foi observada diferença significativa entre homens e mulheres, no que diz respeito ao cometimento da violência física.

A ocorrência de violência nos relacionamentos íntimos também pôde ser observada em um estudo transcultural que teve por objetivo comparar os índices de ciúme e violência conjugal no Brasil e Espanha. Foi realizada uma pesquisa com 733 homens e mulheres que evidenciaram que a violência conjugal entre parceiros íntimos foi perpetrada tanto por homens quanto por mulheres. Os índices de violência cometida e sofrida foram maiores entre homens e mulheres brasileiros. O estudo aborda também que, apesar da violência conjugal ocorrer independente do contexto conjugal e ser perpetrada preponderantemente de forma mútua entre os parceiros, os índices de violência mais altos no Brasil podem estar ligados a questões de educação. Na Espanha, programas de educação de combate e prevenção à violência são uma realidade trabalhada em todos os níveis de educação (Haack, 2017).

Destaca-se que esses estudos investigaram populações comunitárias, enquanto índices mais graves de violência contra a mulher ficam evidentes em pesquisas com amostras clínicas (Rodrigues, et al., 2021; Candido & Filho, 2020; Santos et al., 2018). Todo esse cenário indica a complexidade do fenômeno. O estudo de Stochero e Wernersbach, (2024), através de uma pesquisa transversal, objetivou estimar a prevalência e os fatores associados à violência contra as mulheres rurais. Nesse estudo, a prevalência da violência psicológica foi de 18%, a física, de 4,4% e a sexual, de 1,5%. Os principais autores eram pessoas conhecidas, a maior parte dos

casos ocorreu na residência e as agressões eram recorrentes. As maiores prevalências foram em mulheres adultas jovens (24,2%), solteiras e divorciadas (20% cada), com ensino fundamental completo ao superior incompleto (22%). Os dados apontam dessa forma, alto índice de violência contra a mulher, ocorrendo principalmente dentro dos lares e por pessoas conhecidas.

Assim, compreendendo que a violência conjugal é multideterminada, é importante reconhecer os fatores preditores da violência que podem estar associados a marcadores sociais, relacionais e/ou individuais. Alguns dos inúmeros precipitadores da violência nos relacionamentos íntimos estão ligados ao ciúme (Haack, 2017; Chaves, 2019), transgeracionalidade (Colossi & Falcke, 2019; Marasca et al., 2017), características patológicas da personalidade (Madalena, et al., 2018), falta de habilidades sociais para a resolução de conflitos conjugais (Mosmann & Falcke, 2011) e ausência de programas de educação voltados ao combate à violência (Haack, 2017).

Precipitadores ligados a história de vida do indivíduo e ao seu contexto de desenvolvimento familiar também devem ser observados. Um estudo realizado por Colossi e Falcke (2019), que teve por objetivo investigar as experiências da família de origem, variáveis sociodemográficas e quais fatores associados à infidelidade possuem maior poder preditivo da violência nos relacionamentos íntimos, avaliou 600 homens e mulheres e identificou que circunstâncias da vida cotidiana (gênero, ter filhos ou não, idade dos parceiros) e experiências na família de origem (negligência física, abuso sexual e aliança parental) contribuem para a explicação das expressões de violência no casal. Houve associação entre infidelidade e violência, mas os modelos de relacionamentos transgeracionais tiveram maior poder preditivo da violência, destacando a importância de se avaliar como são construídos, no âmbito familiar, os padrões violentos de conjugalidade. Estudos apontam que eles podem ter como base crenças cognitivas sobre a violência conjugal (Ferrer-Pérez et al., 2019; Lelaurain et al., 2021;

Massano, 2018; Moura et al., 2021), sendo um construto ainda pouco explorado na literatura da área.

Compreendendo que a violência conjugal tem preditores diversos, é importante investigar o papel que as crenças cognitivas exercem na sua ocorrência. Abordar o conceito de crenças exige delicadeza e um olhar amplo, tendo em vista que esse termo é subjetivo e pode ter vários significados. Assim, partindo de sua definição básica, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa (2010), é a ação de crer na possibilidade de alguma coisa, aquilo que se considera verdadeiro: crenças ideológicas, opinião que se adota com fê e convicção. A partir dessas ideias centrais várias vertentes sobre crenças vêm sendo estudadas na Psicologia para entendimento de como essas convicções podem influenciar o comportamento.

A abordagem teórica da Psicologia que mais se debruça no estudo de crenças cognitivas é a terapia cognitiva comportamental. Desenvolvida pelo psiquiatra Aaron Beck na década de 60, quando ele identificou que os pensamentos de seus pacientes depressivos eram semelhantes aos sonhos descritos por eles, pois envolviam fracassos, privação e perdas. Esses pensamentos, nomeados por ele como pensamentos automáticos, se apresentam de forma rápida e breve e por isso são difíceis de serem percebidos (Bahls & Navolar; Beck, 2021; Wright et al., 2008). A interação familiar, social e cultural exerce grande influência na formação dessas crenças, tendo em vista que esses fatores estão presentes no desenvolvimento do sujeito. Nesse contexto, se as crenças influenciam o olhar dos indivíduos sobre o evento, gerando emoções e consequentemente comportamento, pode-se inferir que as crenças cognitivas também possam estar associadas ou influenciar a ocorrência de violência (Beck, 2021; Wright, et al., 2008).

Estudos prévios recentes, realizados em diferentes contextos (Ferrer-Pérez et al., 2019; Lelaurain et al., 2021; Massano, 2018; Moura, et al., 2021) evidenciam que as crenças sobre violência demonstram influenciar a prática da violência conjugal nos relacionamentos íntimos,

podendo ser caracterizada como um fator de risco para a violência. Moura et al. (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar e compreender fatores de risco para a perpetuação da violência. Através de um estudo de casos múltiplos, de caráter descritivo, foram avaliados oito homens autores de violência conjugal. Os resultados evidenciaram que os homens participantes relataram históricos de maus tratos na infância, com prevalência da negligência física, e, no que diz respeito aos conflitos conjugais, todos os participantes descreveram que ocorria no relacionamento conjugal violência bidirecional. No que diz respeito à concordância com crenças legitimadoras de violência conjugal, todos os participantes relataram concordar com alguma crença que minimiza o impacto da violência nos relacionamentos íntimos e a responsabilidade dos homens frente a atitude violenta na resolução de conflitos conjugais.

Considerando que as crenças influenciam a forma do indivíduo entender e se relacionar com o mundo, é possível observar nesses estudos sua relação direta com a prevalência da violência conjugal, o que revela a necessidade de aprofundamento da compreensão da dinâmica de interação entre as crenças e ocorrência de violência conjugal, assim como sua associação com as repercussões na saúde mental.

Um estudo de Kamimura et al. (2016), realizado no Irã, constatou que os participantes que haviam passado por episódios de violência sexual dentro de relacionamentos conjugais relataram níveis significativamente mais elevados de depressão em comparação com aqueles que não passaram por experiência de abuso. O estudo de Chan et al. (2008), corrobora com esses dados e apresenta resultados que mostram taxa aumentada de ideação suicida entre vítimas e perpetradores de violência conjugal. Os autores reforçaram a necessidade de estudos orientados para a relação entre violência, depressão e prevenção ao suicídio. Os índices de adoecimento psicológico, tanto em homens quanto em mulheres, são maiores naqueles que se encontram em situação de violência por parceiro íntimo (Chan et al, 2008; Cerulli et al., 2014).

Dessa forma, tendo em vista os danos que a violência conjugal provoca no bem-estar físico e saúde mental de homens e mulheres, o objetivo desse estudo é analisar o nível de concordância dos participantes com as crenças legitimadoras da violência conjugal e verificar possíveis associações com a perpetração e vitimização no relacionamento íntimo, bem como com agravos à saúde mental.

Método

Delineamento

A pesquisa tem o caráter quantitativo, transversal e correlacional. A pesquisa correlacional, segundo Sampieri et al., (2013), busca estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis, com o objetivo de compreender e explicar as ligações dos fenômenos estudados. As hipóteses que foram testadas no presente estudo:

- Existe relação positiva e significativa entre crenças sobre violência conjugal e perpetração das diferentes dimensões de violência na conjugalidade.
- Existe relação positiva e significativa entre crenças sobre violência conjugal e vitimização por diferentes tipos de violência na conjugalidade.
- Existe relação positiva e significativa entre crenças sobre violência conjugal e sintomas de ansiedade, depressão e estresse.

Amostra

A amostra foi composta por 124 indivíduos com idade entre 18 e 62 anos, sendo 84 mulheres e 38 homens que se encontravam em um relacionamento heterossexual há pelo menos um ano, que é o tempo descrito pela literatura para que é o tempo indicado pela literatura como

etapa inicial para construção de uma conjugalidade (Tissot & Falcke, 2017). Os/as participantes foram selecionados por meio de uma amostragem por conveniência, por meio de divulgação nas redes sociais. A Tabela 1 descreve as características sociodemográficas dos participantes:

Tabela 2

Frequência e percentual das características sociodemográficas dos participantes (n=124)

Características		N	%
Gênero	Feminino	84	68,9
	Masculino	38	31,1
Situação Conjugal	Casado	70	56,5
	União Estável	18	14,5
	Namorando	34	27,4
	Noivo	1	0,8
Raça/ Etnia	Branco	53	43,1
	Negro	7	5,7
	Pardo	61	49,6
	Amarela	2	1,6
Tempo com atual Companheiro (a)	1 a 3 anos	20	16,13
	3 a 5 anos	10	8,06
	5 a 10 anos	13	10,48
	Mais de 10 anos	25	20,16
	Não responderam	56	45,16
Filhos	Sim	53	42,7
	Não	71	57,3
Quantidade filhos	4 filho	23	18,5
	5 filhos	19	15,32
	6 filhos ou mais	11	8,87
	Não tem filhos	26	20,96
	Não responderam	45	36,29
Escolaridade	Ensino Médio	30	24,2
	Ensino Superior	40	32,3
	Pós-graduação	54	43,5
Situação de trabalho	Desempregado	3	2,4
	Autônomo	20	16,3
	Empregado	71	57,7
	Estudante	21	17,1
	Não exerce atividade de trabalho fora do lar	8	6,5
Renda Mensal Pessoal	Até 1salário mínimo	29	25,9
	2 a 3 salários mínimos	32	28,6
	3a 5 salários mínimos	23	20,5
	5 a 10 salários mínimos	20	17,9
	Mais de 10 salários mínimos	8	7,1
Se declara de alguma religião	Sim	48	38,71
	Não	17	13,71
	Não responderam	59	47,58

Instrumentos

Os instrumentos utilizados nesse processo foram:

a) ECVC- Escala de crenças sobre violência conjugal (Machado et al., 2008): O instrumento investiga quatro fatores relacionados com o fenômeno: legitimação e banalização da pequena violência, legitimação da violência pela conduta da mulher, legitimação da violência pela atribuição a causas externas e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. A legitimação e banalização da pequena violência está caracterizada por crenças que legitimam a violência menor como tapas e insultos. A legitimação da violência pela conduta da mulher, por sua vez, está relacionada às crenças que culpabilizam a mulher pela violência sofrida, se tem condutas fora do padrão social e cultural. A legitimação da violência atribuída a causas externas refere-se a tirar a responsabilidade do autor de violência e atribuir a fatores externos como uso de álcool, desemprego e infidelidade. A legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar está relacionada a crenças que justificam a tolerância da violência com a ideia de manutenção da unidade familiar tradicional e preservação da privacidade familiar. O nível de consistência interna do instrumento, avaliado por meio do coeficiente alpha de Cronbach, foi de 0,93 (Machado et al., 2008).

b) CTS 2 – *Revised Conflict Tactics Scale* (Straus, et al., 1996): tem o objetivo de identificar violência nos relacionamentos conjugais (namoro, uniões estáveis, casamentos). Para a presente pesquisa, será utilizada a versão brasileira adaptada e traduzida de Moraes et al., (2002). Contém 78 itens e cinco escalas que representam cinco dimensões: 1- violência física, 2- agressão psicológica, 3- coerção sexual, 4- lesão corporal e 5- negociação. Essas escalas estão em forma de *checklist* para que os participantes assinalem as respostas de caráter relacional que descrevam ações do respondente e reciprocamente de seu

companheiro de acordo com as situações apresentadas. A violência física, segundo Straus, (1996) é definida por agressões menores que são: agarrar, empurrar, jogar objeto, dar tapa, torcer o braço e puxar o cabelo e graves: dar soco, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar ou escaldar, usar uma faca ou arma de fogo. A agressão psicológica é dividida em menor, que abrange os atos de insultos, gritos, ofensas, xingamentos, ameaças e virar as costas em meio a uma briga e grave que são relativas aos atos de destruir objeto pessoal do companheiro e ofender de feio, gordo, “ruim de cama” ou algo parecido. A coerção sexual também pode ser menor quando se refere à insistência em fazer sexo, sem utilização de força física, ou obrigar a ter relações sem preservativo, ou coerção sexual grave, que corresponde a ações de ameaças ou utilização de força e armas para coagir o parceiro a fazer sexo. Já a lesão corporal menor refere-se à ocorrência de contusão, torção, manchas roxas ou dores no corpo que duram até o dia seguinte em função de uma briga, diferente da lesão corporal grave, que diz respeito à ocorrência de desmaio e quebra de algum osso, bem como à necessidade de busca por auxílio médico depois de uma briga. A negociação é caracterizada pelo conjunto de ações que tenham o objetivo de resolução de conflitos e são usadas baseando-se na argumentação racional, comunicação de afeto positivo ou expressão de sentimentos de respeito e cuidado pelo companheiro(a). Os itens são respondidos em escala Likert de oito pontos, variando de nunca aconteceu a aconteceu mais de 20 vezes no último ano. No estudo de Paim et al., (2012), o coeficiente alfa de Cronbach para a CTS2 foi de 0,88, revelando boa consistência interna.

c) EADS 21- Escalas de Ansiedade, Depressão e Estresse (Lovibond e Lovinbond, 1995): propõe-se a avaliar empiricamente a ansiedade, a depressão e o estresse, segundo o modelo tripartido. É composta por 21 itens, e organizada em três subescalas: depressão, ansiedade e estresse, cada uma com sete itens. Os resultados de cada escala são determinados pela soma dos resultados dos sete itens. Para esta pesquisa, será utilizada a versão adaptada para

o português brasileiro por Vignola e Tucci (2014). Sua consistência interna foi de 0.96 no estudo de validação da versão brasileira. (Vignola & Tucci, 2014).

Procedimentos éticos e de coleta de dados

Todos os participantes foram contatados de forma *online*, através de convites nas redes sociais. Nesses convites, constava a explicação dos objetivos deste estudo e a possibilidade de opção do participante em responder a pesquisa de forma *online* ou presencial. A participação na pesquisa foi voluntária e os usuários que aceitaram participar da pesquisa no formato *online* deram o aceite no link da pesquisa, concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não houve participantes que aceitaram participar da coleta presencial.

A pesquisa seguiu todas as recomendações éticas e orientações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), para a pesquisa com seres humanos. Os participantes tiveram a oportunidade de deixar de participar da pesquisa ou interrompê-la a qualquer momento, caso tivessem algum desconforto, mas isso não aconteceu. Os dados que podem identificar os participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do programa SPSS 22. 0 (Statistical Package for Social Science). Foram realizadas análises descritivas (frequência, porcentagem, médias e desvios-padrão), para avaliar o comportamento das variáveis. Foi testada a normalidade dos dados. Considerando os dados de violência não possuem pressupostos de normalidade, foram utilizados testes não paramétricos para análise. Foi realizada análise de correlação de Spearman, para avaliar associação entre variáveis. Em todas as análises, foi considerado o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

Resultados

Análise descritiva

Os índices de concordância com as crenças sobre a violência conjugal identificadas no estudo podem ser observados na figura 1. É possível observar que os índices de concordância da amostra são baixos e variam de 1,3 na legitimação da banalização da violência a 1,7 na legitimação da violência por causas externas, que foi a dimensão que a amostra demonstrou ter mais concordância. Considerando que a escala variou de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente, é possível verificar que os participantes do estudo demonstram discordar das crenças legitimadoras da violência.

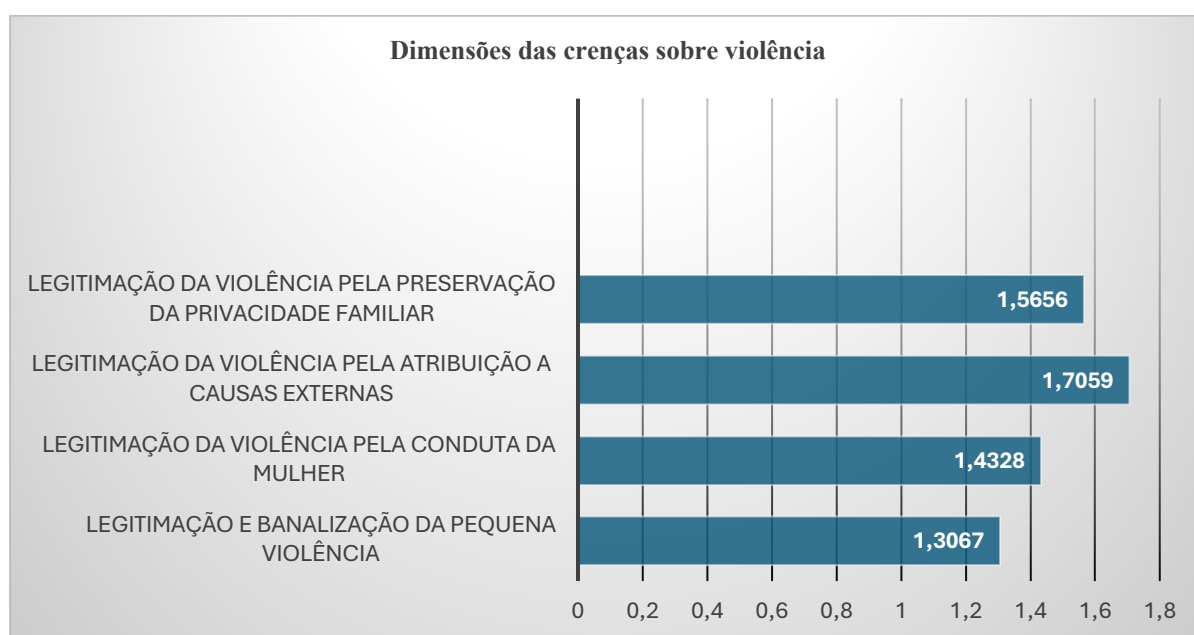


Figura 1. Média de pontuação nas dimensões das crenças sobre violência

O nível de maior concordância, que é a legitimação da violência pela atribuição de causas externas, refere-se a tirar a responsabilidade do autor da violência e justificá-la atribuindo-a a fatores externos ao sujeito que a comete. Nesse cenário concorda-se que a

violência ocorre por conta de fatores externos ao agressor, como influência do uso de substâncias, por exemplo.

O estudo analisou também a frequência de violência sofrida e cometida pelos respondentes. Essa prevalência pode ser analisada na figura 2. É possível observar que os índices de violência cometidos pelos sujeitos variam de 1,6% na lesão corporal a 71,8% referente à violência psicológica de menor intensidade. No que diz respeito à violência sofrida pelos participantes, os índices variaram entre 4,0% referente à coerção sexual grave do companheiro e 68,5% de agressão psicológica menor do companheiro. A violência psicológica de menor intensidade foi o tipo de violência mais cometida.

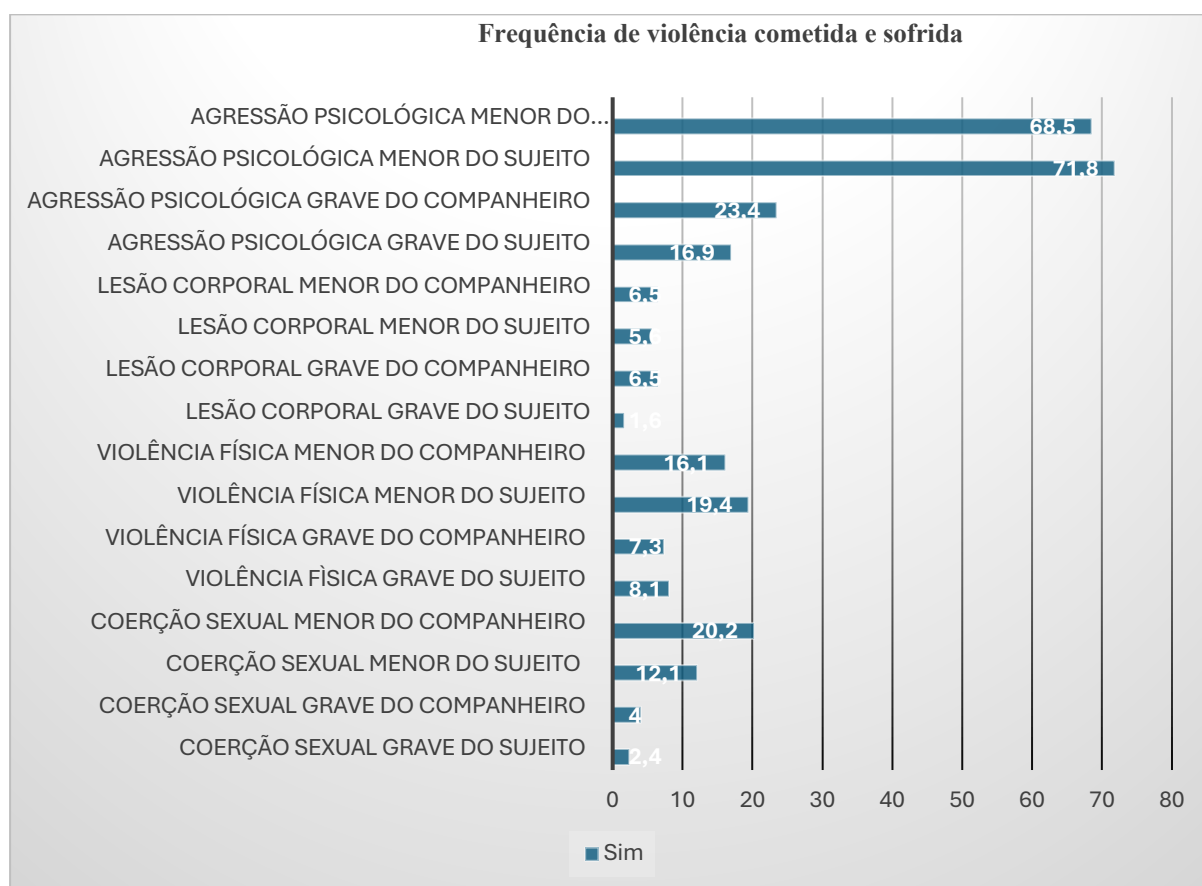


Figura 2. Frequência de violência sofrida e cometida

Correlação das variáveis

Tabela 2

Correlação das dimensões da violência conjugal, crenças sobre violência e saúde mental

Dimensões	Legitimação e banalização da Pequena violência	Legitimação da violência pela conduta mulher	Legitimação da violência atribuída á causas externas	Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	ECVC total	Depressão	Ansiedade	Estresse
Coerção sexual grave do sujeito	-0,017	0,041	0,071	0,027	0,068	,184*	,222*	,219*
Coerção sexual grave do companheiro	-0,103	-0,029	-0,074	-0,144	-0,066	0,137	0,182	0,146
Coerção sexual menor do sujeito	0,075	0,109	0,060	,240**	0,178	0,114	,273**	,226*
Coerção sexual menor do companheiro	0,016	0,028	-0,043	-0,020	0,003	,217*	,294**	,244**
Violência física grave do sujeito	-0,005	-0,132	-0,094	-0,130	-0,066	,229*	,193*	,266**
Violência física grave do companheiro	0,126	0,058	0,017	0,033	0,085	,250**	,233*	,208*
Violência física menor do sujeito	0,047	0,047	0,086	0,054	0,089	,325**	,385**	,355**
Violência física menor do companheiro	0,138	0,029	-0,007	0,031	0,056	,270**	,292**	,267**
Violência psicológica grave do sujeito	0,118	0,119	0,112	0,051	0,129	,281**	,309**	,273**
Violência psicológica grave do companheiro	0,026	0,045	-0,003	0,111	0,067	,257**	,361**	,268**
Violência psicológica menor do sujeito	0,058	0,069	0,070	0,043	0,082	,262**	,363**	,391**
Violência psicológica	0,008	-0,011	-0,023	0,040	0,029	,207*	,333**	,330**

menor do companheiro								
Depressão	-0,020	0,011	0,056	0,028	-0,010	1,000	,754**	,808**
Ansiedade	0,041	0,081	0,082	0,145	0,071	,754**	1,000	,839**
Estresse	-0,089	-0,067	-0,054	-0,007	-0,095	,808**	,839**	1,000

Conforme a tabela, verificam -se associações significativas nas crenças legitimadoras da violência e dimensões de violência conjugal apenas entre legitimação da violência em razão da privacidade familiar e coerção sexual menor do sujeito. Os níveis de maiores correlação do estudo se mostraram mais na correlação das dimensões de violência conjugal com níveis de ansiedade, depressão e estresse.

Discussão

Os resultados chamam a atenção para a baixa concordância dos participantes acerca das crenças legitimadoras da violência conjugal, seguido dos elevados níveis de violência sofrida e cometida pela mesma amostra. Há uma discrepância de dados, pois por mais que eles não concordem com as crenças legitimadoras da violência, é visto que a cometem em seus relacionamentos. Os baixos níveis de concordância com as crenças legitimadoras da violência corroboram com os dados de outros estudos que avaliam essas crenças (Gonçalves et al., 2021; Sani et al, 2018; Ventura et al, 2013). Esses baixos níveis de concordância com as crenças podem estar associados aos participantes responderem baseado no que se espera socialmente. Sabe-se que, na atualidade, o trabalho de prevenção e conscientização contra a violência é algo presente na sociedade, o que leva os sujeitos a compreenderem os seus danos e se expressarem contra esse fenômeno.

No entanto, apesar de terem crenças que se manifestam contra a violência nos relacionamentos íntimos, é possível observar que os sujeitos ainda a cometem em seus relacionamentos. Os índices de violência cometidos pela amostra se equivalem a muitos estudos realizados com participantes de pesquisa prévias (Lemos et al, 2023; Neis & Falcke,

2022). A violência psicológica sendo a principal manifestação da violência nessa amostra, demonstra que ela pode ser vivenciada de forma sutil, por não ter uma materialidade e ter a tendência a ser mais naturalizada nos relacionamentos íntimos (Colossi, Marasca & Falcke, 2015; Falcke, Boeckel & Wagner, 2017). A naturalização da violência nas relações conjugais, dessa forma, faz com os indivíduos a cometam e por vezes nem percebam, identifiquem como tal.

Ao tentar analisar esses dados, é possível observar que a amostra compreende que a violência não pode ser legitimada, mas parece ainda não conseguir mudar seu comportamento nos seus relacionamentos íntimos, pois ainda praticam a violência, mais até do que referem sofrer. Nesse cenário é relevante o questionamento do porquê a mudança de crenças não promoveu mudanças comportamentais. Alguns dos fatores que podem levar a isso podem estar relacionados aos indivíduos já terem hábitos comportamentais arraigados e, mesmo compreendendo a importância da mudança, não consegue fazê-la. Fatores emocionais e falta de habilidades sociais também podem estar relacionadas a essa dificuldade de se ter e manter uma mudança, pois se o sujeito não tiver uma regulação emocional eles podem até compreender cognitivamente o que se pode ou não fazer, mas diante de uma situação ativadora de suas emoções a falta desse controle emocional, pode fazê-lo agir de maneira diferente do que ele pensa (Rangé, 2011; Wright, 2018). No que diz respeito à falta de habilidades sociais, estudos prévios já abordam que indivíduos que não tem essas habilidades bem desenvolvidas tem maior probabilidade de cometer e sofrer violência nos relacionamentos íntimos (Cardoso, 2017; Cardoso & Costa, 2019; Cardoso & Costa, 2019).

Portanto, diante desses dados é observado que não somente a mudança das crenças sobre a violência é necessária para mudança da ocorrência da violência, mas outros fatores também precisam ser estimulados, como desenvolvimento de regulação emocional e de habilidades sociais como forma de prevenção à violência. A mudança cognitiva é importante

nesse processo, mas considerando que o ser humano tem uma dimensão e subjetividade complexas, outros fatores são necessários para se evoluir nesse contexto (Rangé, 2011; Wright, 2018).

Sobre as associações observadas entre as variáveis, a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar foi o único fator legitimador das crenças sobre violência que demonstrou ter correlação com uma dimensão da violência conjugal, que foi a coerção sexual menor cometida pelo sujeito. Ou seja, o fato de os participantes acreditarem que a violência deve ser encoberta em nome da preservação da privacidade familiar está associado ao cometimento de coerção sexual de menor intensidade, que consiste na insistência em fazer sexo, sem utilização de força física ou obrigar a ter relações sem preservativo.

Essa crença pode estar associada a outras crenças culturais que validam que a privacidade do casal diz respeito só ao casal, e estão ligadas a ideias amplamente difundidas na nossa cultura como: "que vale tudo entre quatro paredes" ou "em briga de marido e mulher não se mete a colher". (Cunha et al, 2022; Guilherme & Pereira, 2024; Klanovicz & Pereira, 2021). Essas crenças culturais que são disseminadas socialmente também reforçam a ideia de que os companheiros (as) tem obrigação de manter relação sexual dentro do relacionamento, por isso, ao pensar que a violência é legitimada para manter a privacidade se valida a coerção sexual menor.

No que diz respeito à saúde mental dos participantes, é possível observar que apesar dos níveis de adoecimento mental não se relacionarem com as crenças sobre violência, eles mantem uma correlação significativa com quase todas as dimensões da violência conjugal. Fato esse que já é visto em pesquisas prévias, que sugerem que a violência conjugal provoca danos à saúde mental dos envolvidos (Adebowale & Jamens, 2020; Cerulli, et al., 2014; Cezario, et al., 2015; Lima et al, 2020; Kamimura et al, 2016; Silva, et al., 2014).

O estudo de Martínez e Wasser (2019), que teve por objetivo quantificar a frequência da depressão e ideação suicida em mulheres grávidas vítimas de violência conjugal, realizou uma comparação das mulheres dessa amostra com um grupo controle. Os resultados evidenciaram que 56,7% dessas mulheres apresentavam depressão, em comparação a 14,3% do grupo controle. Os índices de ideação suicida nessa amostra ficaram nos 20%, enquanto as do grupo controle corresponderam a 3,6%, o que indica fortemente que a violência conjugal é um fator de risco e provoca danos à saúde mental. Dessa forma trabalhar com a saúde mental dos envolvidos em contextos de violência, e em situações de prevenção da ocorrência da violência, é relevante para o avanço do combate a esse fenômeno tão complexo e multifacetado que ainda persiste na nossa sociedade.

Considerações finais

A partir do presente estudo foi possível observar que apesar da baixa concordância dos participantes com as crenças legitimadoras da violência, os níveis de violência conjugal mostraram-se altos nos relacionamentos íntimos dos participantes, tendo em vista que se trata de uma amostra não clínica. Ou seja, apesar de não concordarem ou justificarem a violência nas relações íntimas, os participantes ainda cometem, especialmente a violência psicológica de menor intensidade. Os índices de violência psicológica foram os mais elevados, o que indica que a violência que não é vista, pode ser a mais perpetrada e naturalizada, por estar enraizada no sistema sociocultural e ser de mais difícil identificação, por não ter uma materialidade.

Na análise correlacional, se verificou correlação significativa das crenças sobre violência com a ocorrência da violência conjugal apenas na legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar que se correlacionou positivamente com a coerção sexual de menor intensidade. Esse dado ilustra um maior desafio no combate à violência que está presente na sexualidade do casal, um contexto de maior intimidade e que socialmente é preservado pelo manto da privacidade familiar. Os dados que mais se correlacionaram no

estudo foram as dimensões da violência conjugal com o adoecimento mental: ansiedade, depressão e estresse, indicando os prejuízos emocionais advindos das situações de violência.

Sendo a violência um fenômeno complexo, o estudo observou que, por mais que a mudança de crenças sobre o fenômeno seja importante e pareça já estar presente na amostra investigada, ela por si não garante a não ocorrência da perpetração e vitimização da violência nos relacionamentos. Compreender que a violência é prejudicial e não deve ser aceitável, não consegue nesse contexto promover uma mudança comportamental efetiva nos indivíduos.

Considerando que o ser humano é complexo, cheio de peculiaridades, propor estratégias diferentes para mudanças de comportamentos disfuncionais é importante nesse processo. Para além de trabalhar as crenças sobre violência, através de técnicas como psicoeducação e reestruturação cognitiva, se faz importante que sejam trabalhados também, fatores de regulação emocional e desenvolvimento de habilidades sociais, para que os indivíduos consigam manejar melhor suas emoções e comportamentos em situações de conflitos que podem gerar a violência.

Por outro lado, compreender também os altos índices de violência conjugal e seus efeitos sobre a saúde mental dos envolvidos, deve ser prioridade quando se trata do assunto. A naturalização da violência faz com os indivíduos a reproduzam e não a questionem, e isso gera efeitos à saúde mental daqueles que se encontram em situação de violência. É importante que novas pesquisas sejam realizadas no sentido de compreender o fenômeno e sugerir intervenções mais efetivas que visem contribuir para a compreensão do ser humano, sua subjetividade e formas de ajudá-lo a ter comportamentos mais funcionais em seus relacionamentos íntimos.

Referências

Adebowale O, James B. (2020). The association between intimate partner violence, psychiatric morbidity amongst pregnant women and partner alcohol use in southern

- Nigeria. *Afr J Prm Health Care Fam Med*. 12(1), a2226, 1-7. <https://doi.org/10.4102/phcfm.v12i1.2226>.
- Bahls, S.C., Navolar, A.B.B. (2004). Terapia cognitivo comportamentais: conceitos e pressupostos teóricos. *Psico UTP online*, n4, Curitiba.
- Beck, J.S. (2021). *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 3ª Ed, Porto Alegre: Artmed.
- Cardoso, B. L. A. (2017). Habilidades sociais e satisfação conjugal de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão.
- Cardoso, B.L.A & Costa, N. (2019). Marital Social Skills and Marital Satisfaction of Women in Situations of Violence. *Psico-USF*, 24, 2, 299-310. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240207>.
- Cardoso, B.L.A & Costa, N. (2019). Desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: Um estudo teórico. *Interação em psicologia*, 23, 1, 20-32.
- Carneiro, J.B., Gomes, N.P., Estrela, F.M., Santana, J.D., Mota, R.S., Erdmann, A.L. (2017). Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas (os). *Escola Anna Nery*, 21(4), 1-7.
- Cerulli, C., Bossarte, R.M. & Dicther, M;E. (2014). Exploring intimate partner Violence status among male veterans and associated health outcomes. *American Journal of Men's health*, 8 (1), 66-73.
- Cezario, A.C.F., Fonseca, D.S., Lopes, N.C., Lourenço, L.M. (2015). Violência entre parceiros íntimos: Uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. *Temas em Psicologia*, 23(3), 565-575.

- Chan, K.L., Straus, M.A., Brownridge, A.D., Tiwari, A., Leung W.C. (2008). Prevalence of dating partner violence and suicidal ideation among male and female university students worldwide. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 53(6), 529-537.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R. & Falcke, D. (2015). De Geração em Geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502.
<http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20979>.
- Colossi, P.M., Falcke, D. (2019) Implications of Experiences in the Family of Origin and Infidelity in Violence Loving Relationships. *Trends in Psychology*., Ribeirão Preto, vol. 27, nº 2, p. 339-355 – Jun.
- Cunha, E.S., Souza, H.S., Jesus, M.N., Peneluc, I. (2022). Crime de estupro marital: configuração de violência sexual nas relações conjugais. *Revista Diálogos & Ciência*, 2, 1, 268-285. DOI: 10.7447/1678-0493.2022v2n1p268-285.
- Falcke, D., Boeckel, M. G. & Wagner, A. (2017). Violência conjugal: mapeamento do fenômeno no Rio Grande do Sul. *Psico*, 48(2), 120-129. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.25148>.
- Gonçalves, M., Silva, M.M & Matos M. (2021). Violência na intimidade: Crenças na comunidade Africana Lusófona residente em Portugal. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 35 (1), 1-10. doi:10.17575/psicologia.v35i1.1448.
- Guilherme, M.L.F., Pereira, R.A. (2024). "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher": um olhar dialógico para webnotícias sobre violência contra a mulher. *Dialógo das letras, Pau dos Ferros*, 13, 1-18. <https://doi.org/10.22297/2316-17952024v13e02418>.
- Haack, K.R. (2017). Experiências na família de origem, ciúme e violência conjugal. *Tese de doutorado*. São Leopoldo: Unisinos.

- Kamimura, A, Nourian, M.M, Assasnik, Nushean, Franchek-Roa, K. (2016). Depression and intimate partner violence among college students in Iran. *Asian Journal of Psychiatry*, 23, 51–55.
- Klanovicz , L.R.F., Pereira, C.A.T. (2021). Violência sexual conjugal: gênero e transgeracionalidade em histórias orais no sul do Brasil. *Revista Nau Social*, 12, 22, 526-543.
- Lacerda, L., Costa, N. (2013). Relação entre comportamentos emocionais ciumentos e violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(3), 21-36.
- Lemos, D.C., Falcke, D., Oliveira, E.L. (2023). Ciúme, violência conjugal e saúde mental: prevalência e fatores associados. *Quaderns de Psicologia*, 25, 2, e1921, 1-21.
<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1921>
- Lima, L.S.; Carmo, T. O. A.; Neto, C. S. B.; Pena, J. L. C. (2020). Síntomas depressivos en gestantes y violencia de pareja: un estudio transversal . *Enfermagem Global*, 19, 60, 1-15. DOI <https://dx.doi.org/10.6018/eglobal.408841>. Disponível em:
https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S169561412020000400001&lng=es&nrm=iso&tlng=es.
- Lovibond, P. & Lovibond, S. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the depression anxiety stress scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33 (3), 335- 343.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Manual de escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C. V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual*. Braga: Editora Psiquilíbrios.
- Machado, A. & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & sociedade*, 26 (3), 726-736.

- Madalena, M., Carvalho, L. F., Falcke, D. (2018). Violência Conjugal: O Poder Preditivo das Experiências na Família de Origem e das Características Patológicas da Personalidade. *Temas em Psicologia – Março*, Vol. 26, nº 1, 75-91.
- Marasca, A., Razera, J., Pereira, H. J. R., & Falcke, D. (2017). Marital physical violence suffered and committed by men. *PSICO-USF*, 22, 99-108, 2017.
- Martínez, S.L., Wasser, A.C. (2019). Depresión e ideación suicida en mujeres víctimas de violencia de pareja. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 9(1), 178-204. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v9.n1.1>.
- Massano, F.C. (2018). Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior. *Dissertação de mestrado*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Moraes, C.L, Hasselmann, M.H, Reichenheim, M.E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 163-175.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Moura, J.Q., Bordini, T.C.P.M., Ennes, J.V., Kucera, M.F., Krindges, C & Habigzang, L.F. (2020). Homens autores de violência contra a mulher: um estudo descritivo. *Contextos Clínicos*, v. 13, n. 1, jan. doi: 10.4013/ctc.2020.131.09
- Moura, J.Q, Habigzang, L.F, Matos, M & Gonçalves, M. (2021). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECV): Versão Brasileira. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 26, n. 4, p. 603-616. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>.
- Neis, L.F & Falcke, D. (2022). Violência conjugal e coping: a negação como estratégia de enfrentamento à violência por mulheres heterossexuais. *Psicologia Argumento*, 40 (111), 2545-2566. doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.111.AO09>.

- Paim, K., Madalena, M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8 (1), 31-39.
- Range, B. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- Rodrigues, P.A., Aguiar, C.D., Machado, M.M.D. (2021). Prevalência da violência contra a mulher e suas repercussões na maternidade. *Journal Of Nursing and Health*, 11, 1, 1-13. e2111119459.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B., Murad, F. C., & Garcia, A. G. Q. (2013). Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill.
- Sani, A.I., Coelho, A., Manita, C. (2018). Intervenção em situações de violência doméstica: Atitudes e crenças de polícias. *Psychology, Community & Health*, 7(1), 72–86, doi:10.5964/pch.v7i1.247.
- Santos, I.B., Leite, F.M.C., Amorim, M.H.C., Maciel, P.MA., Gigante, D.P. (2020). Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da atenção primária. *Ciência & saúde coletiva* 5, 5, 1935-1946. DOI: 10.1590/1413-81232024291.20452022.
- Silva, A.C.L.E., Coelho, E.B.S., Njaine, K. (2014). Violência conjugal: As controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(4), 1255- 1262.
- Stochero, L., Pinto, L.W. (2024). Prevalência e fatores associados á violência contra as mulheres rurais: um estudo transversal, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. *Ciência e Saúde Coletiva*, 29, 1, 1-11. DOI: 10.1590/1413-81232024291.20452022.
- Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J.G., Guignard, S., Monaco, G.L. (2021). Legitimizing Intimate Partner Violence: The Role of Romantic Love and the Mediating Effect of Patriarchal Ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14) 6351–6368.

- Straus, M. A., Hamby, S. L., Buncy-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.
- Tissot, D. W., & Falcke, D. (2017). A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 265-276.
- Ventura, M. C. A. A., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M. J. S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(8), 95-103. doi:10.12707/RIII12120.
- Ferrer-Pérez, V.A., Bosch-Fiol, E., Sánchez-Prada, A., Delgado-Álvarez, C. (2019). Crenças e atitudes sobre a violência praticada pelos parceiros íntimos contra as mulheres na Espanha. *Psicothema*, Vol. 31, No. 1, 38-45 doi: 10.734/psicothema2018.206.
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of affective disorders*, 155, 104-109.
- Wright, J.H, Basco, M. R, Thase, M. E. (2018). *Aprendendo a Terapia Cognitivo-Comportamental: um guia ilustrado*. Porto Alegre: Artmed.

Artigo III- Crenças legitimadoras da Violência Conjugal: papel preditivo de variáveis sociodemográficas

Resumo

A violência conjugal é um fenômeno sustentado por fatores individuais e socioculturais, entre eles as crenças cognitivas que podem legitimar a sua ocorrência. Este estudo, teve como objetivo identificar o nível de concordância com as crenças legitimadoras de violência na conjugalidade, comparar a perspectiva de homens e mulheres e verificar quais características sociodemográficas podem ser preditivas de maiores níveis de concordância com as crenças. A pesquisa é de caráter quantitativo, transversal, descritivo, comparativo e explicativo. A amostra foi composta por 124 indivíduos com idade entre 18 e 62 anos. Foram utilizados como instrumentos questionário sociodemográfico, ECVC - Escala de crenças sobre violência conjugal, CTS-2 *Revised Conflict Tactics Scale*, e EADS 21- Escalas de Ansiedade, Depressão e Estresse. Para a comparação entre os grupos, foi utilizado o teste de U de Mann-Whitney e análise de regressão. Os resultados evidenciaram que os níveis de concordância com as crenças são baixos. Foram observadas diferenças significativas conforme o gênero ($p < 0,05$), com maiores médias masculinas. As variáveis sociodemográficas que foram preditoras das crenças sobre violência são o gênero masculino e menores níveis de escolaridade. Ao compreender a prevalência de determinadas características preditoras da violência se tem a proposta de planejar formas mais direcionadas de prevenção do fenômeno.

Palavras-chaves: *Crenças; Violência Conjugal; Gênero*

Abstract

Intimate partner violence is a phenomenon sustained by individual and sociocultural factors, among which are cognitive beliefs that can legitimize its occurrence. This study aimed to identify the level of agreement with beliefs legitimizing intimate partner violence, compare the perspectives of men and women, and verify which sociodemographic characteristics can predict higher levels of agreement with these beliefs. The research has a quantitative, cross-sectional, descriptive-comparative, and explanatory nature. The sample consisted of 124 individuals aged between 18 and 62 years. The instruments used were a sociodemographic questionnaire, the SBMV - Scale of Beliefs about Marital Violence, the CTS-2 Revised Conflict Tactics Scale, and the DASS-21 - Depression Anxiety and Stress Scale. For the comparison between groups, the Mann-Whitney U test and regression analysis were used. The results showed that the levels of agreement with the beliefs are low. Significant differences were observed according to gender ($p < 0.05$), with higher male averages. The sociodemographic variables that were predictors of beliefs about violence are male gender and lower levels of education. By understanding the prevalence of certain predictive characteristics of violence, the proposal is to plan more targeted forms of prevention of the phenomenon.

Keywords: *Beliefs; Intimate Partner Violence; Gender*

Introdução

A violência entre os parceiros íntimos é um dos tipos de violência mais perpetrada em todo o mundo e que pode causar impactos à saúde física e psicológica de homens e mulheres. Segundo o Atlas da Violência (2024), os registros de óbitos apontaram que 34,5% dos homicídios de mulheres ocorreram em domicílios, totalizando 1.313 vítimas em 2022. Diferente dos homicídios masculinos, entre as mulheres, o domicílio representa o principal tipo de local de ocorrência do homicídio.

Enquanto a taxa de homicídios femininos fora das residências diminuiu 34,2% na década, foi observado que os casos nas residências permaneceram constantes, o que sugere que a violência cometida por pessoas de vínculo afetivo de mulheres continua a ocorrer de forma constante. Sobre a autoria da violência doméstica e intrafamiliar, os homens foram os principais agressores, responsáveis por 86,6% dos casos. Nesses dados os autores de crimes que tem parentesco com a vítima (pai, padrasto, ex-cônjuge, cônjuge, namorado ex-namorado (a), mãe, irmão (a) entre outros) totalizam 65,2% de todas as notificações de violência contra vítimas do sexo feminino no ano de 2022, totalizando 144.285 casos. Dentre as formas de violência mais frequentemente notificadas no contexto da violência doméstica, a violência física apareceu como prevalente com 36,7% dos casos.

Considerando que a Lei Maria da Penha foi promulgada em 2006 e que a maioria desses assassinatos ocorrem na residência das vítimas, e geralmente são praticados por seus parceiros íntimos, vemos que, mesmo diante de uma legislação de combate à violência, os seus índices e suas consequências continuam aumentando ao longo dos anos. Isso demonstra que mesmo uma legislação mais punitiva não está sendo o suficiente para combater a violência conjugal (Haack, 2017; Razera & Falcke, 2014), sendo necessários diferentes estudos para ampliar a compreensão do fenômeno. A violência conjugal tem causas múltiplas e variadas, e

compreender as motivações que levam a ocorrência desse fenômeno se faz importante. A literatura aponta que as causas da violência conjugal abrangem questões de ordem pessoal, familiar, cultural e transgeracional (Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015; Haack, 2017; Rosa & Falcke, 2014).

Dentre os fatores pessoais que também têm influência cultural e podem ser preditores da violência entre parceiros íntimos estão as crenças sobre violência conjugal, ou seja, as ideias que as pessoas têm a respeito da violência na conjugalidade e que servem, muitas vezes, para legitimar a violência nos relacionamentos íntimos (Cabral & Rodriguez-Diaz, 2017; Moura et al, 2020). Considerando que é na cognição que se desenvolvem as crenças (funcionais ou disfuncionais) a respeito de si, das pessoas e do mundo, sabe-se que essas crenças são construídas durante a infância e permeadas de fatores sociais que influenciam na forma como o indivíduo irá perceber o mundo (Beck, 2021).

As crenças cognitivas podem ser funcionais e servir de forma que funcione como ideias que representem a percepção do indivíduo, sem causar sofrimento ou prejuízo emocional a si e às pessoas ao seu redor, mas também podem se apresentar de maneira disfuncional, quando provocam inadequação do indivíduo ao seu cotidiano e relações, causando assim prejuízo emocional e sofrimento psíquico ao sujeito (Beck, 2021). No que diz respeito à violência conjugal, crenças que remetem à percepção que o indivíduo tem do fenômeno podem afetar sua forma de lidar com ele. O estudo de Moura et al. (2020), que teve por objetivo identificar e compreender fatores de risco individuais e familiares da perpetuação da violência, avaliou, dentre outros fatores analisados, as crenças sobre violência de homens autores de violência contra a mulher. Os resultados evidenciaram que todos os participantes concordaram com alguma afirmação que evidenciavam crenças que legitimam a violência e que essas crenças podem ser compreendidas como um fator de risco para a manutenção da violência perpetrada por homens autores de violência contra a mulher.

Considerando que na atualidade as pessoas estão interagindo mais no mundo virtual e utilizando as redes sociais para se relacionar e expressar suas emoções, evidencia-se a atenção para o que as pessoas expressam sobre a temática da violência nos relacionamentos íntimos nas redes sociais. Uma pesquisa realizada por Leandro et al. (2019) teve por objetivo analisar, através de um estudo documental com abordagem qualitativa, as Representações Sociais (RS) acerca da violência doméstica compartilhadas nas redes sociais. Foram analisados 133 comentários sobre uma reportagem divulgada através da rede de programação jornalística brasileira chamada Globo. A reportagem descrevia o assassinato de uma mulher, que foi morta pelo seu marido, ele a matou a facadas e depois queimou o corpo. O suspeito já havia sido denunciado pela vítima por violência doméstica anteriormente. Na pesquisa, os comentários foram analisados por dois juízes, a partir da análise de conteúdo categorial temática proposta por Bardin. Decorrente da análise, os autores da pesquisa elaboraram seis categorias temáticas que observaram estar presentes nos comentários analisados (legislação, a culpa é do homem, violência se resolve com violência, religião, a culpa é da mulher e acolhimento à mulher). Destacam-se os sentimentos de impotência frente à violência e a polarização na abordagem do fenômeno, buscando a culpabilização da mulher ou do homem frente à situação, assim como formas extremas de se resolver o fenômeno, por meio de religião ou mais violência. Houve também comentários de acolhimento às vítimas, mas esses foram em menor quantidade. A compreensão do exposto nas redes sociais, dessa forma, retrata a complexidade dos pensamentos e opiniões que os indivíduos têm sobre o fenômeno da violência, destacando crenças legitimadoras (Leandro et al., 2019).

As crenças sobre violência portanto são vistas como fator de risco que influenciam na perpetração do fenômeno da violência nos relacionamentos íntimos. Por isso abordar e trabalhar na prevenção do desenvolvimento de crenças disfuncionais sobre a temática se faz importante nesse processo. O estudo de Arias et al. (2019), com homens sentenciados por

violência contra suas parceiras íntimas, mostrou que o tratamento potencializou o autoconhecimento, revisão das crenças sobre a violência, discriminação das emoções, controle da raiva e outros fatores intra e interpessoais nos participantes, o que levou ao aumento do uso de estratégias adaptativas na resolução dos conflitos conjugais.

Dessa forma, investigar diferentes variáveis associadas à violência conjugal e ao adoecimento mental dela decorrente possibilita desenvolver intervenções mais eficazes para a prática dos profissionais que trabalham com essa demanda. Com o sentido de compreender um pouco mais sobre essa realidade, o objetivo desse estudo é identificar o nível de concordância dos participantes com crenças legitimadoras de violência na conjugalidade, comparar a perspectiva de homens e mulheres e verificar quais características sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade, número de filhos e renda) podem ser preditivas de maiores níveis de concordância com as crenças.

Método

Delineamento

A pesquisa é de caráter quantitativo, transversal, descritivo, comparativo e explicativo. O delineamento comparativo é utilizado nos casos em que se busca verificar se há diferenças nas medidas obtidas em dois ou mais grupos distintos, no caso desta pesquisa foi verificado diferenças entre homens e mulheres. A pesquisa explicativa, por sua vez, segundo Sampiere et al., (2013), busca estabelecer o poder preditivo entre duas ou mais variáveis, com o objetivo de compreender e explicar as causas dos fenômenos estudados.

Amostra

A amostra foi composta por 124 indivíduos heterossexuais com idade entre 18 e 62 anos, sendo 84 mulheres e 38 homens. Os/as participantes foram selecionados por meio de uma

amostragem por conveniência, por meio da divulgação em redes de contatos. Todos os participantes da pesquisa se encontravam em um relacionamento conjugal heterossexual há pelo menos um ano. A Tabela 1 descreve as características sociodemográficas dos participantes:

Tabela 3

Frequência e percentual das características sociodemográficas dos participantes (n=124)

Características		N	%
Gênero	Feminino	84	68,9
	Masculino	38	31,1
Situação Conjugal	Casado	70	56,5
	União Estável	18	14,5
	Namorando	34	27,4
	Noivo	1	0,8
Raça/ Etnia	Branco	53	43,1
	Negro	7	5,7
	Pardo	61	49,6
	Amarela	2	1,6
Tempo com atual Companheiro (a)	1 a 3 anos	20	16,13
	3 a 5 anos	10	8,06
	5 a 10 anos	13	10,48
	Mais de 10 anos	25	20,16
	Não responderam	56	45,16
Filhos	Sim	53	42,7
	Não	71	57,3
Quantidade filhos	7 filho	23	18,5
	8 filhos	19	15,32
	9 filhos ou mais	11	8,87
	Não tem filhos	26	20,96
	Não responderam	45	36,29
Escolaridade	Ensino Médio	30	24,2
	Ensino Superior	40	32,3
	Pós-graduação	54	43,5
Situação de trabalho	Desempregado	3	2,4
	Autônomo	20	16,3
	Empregado	71	57,7
	Estudante	21	17,1
	Não exerce atividade de trabalho fora do lar	8	6,5
Renda Mensal Pessoal	Até 1 salário mínimo	29	25,9
	2 a 3 salários mínimos	32	28,6
	3a 5 salários mínimos	23	20,5
	5 a 10 salários mínimos	20	17,9
	Mais de 10 salários mínimos	8	7,1
Se declara de alguma religião	Sim	48	38,71
	Não	17	13,71
	Não responderam	59	47,58

Instrumentos

Os instrumentos utilizados nesse processo foram:

- a) ECVC- Escala de crenças sobre violência conjugal (Machado et al., 2008): O instrumento investiga quatro fatores relacionados com o fenômeno: legitimação e banalização da pequena violência, legitimação da violência pela conduta da mulher, legitimação da violência pela atribuição a causas externas e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. A legitimação e banalização da pequena violência está caracterizada por crenças que legitimam a violência de menor intensidade como tapas e insultos. A legitimação da violência pela conduta da mulher, por sua vez, está relacionada às crenças que culpabilizam a mulher pela violência sofrida, se tem condutas fora do padrão social e cultural. A legitimação da violência atribuída a causas externas refere-se a tirar a responsabilidade do autor de violência e atribuir a fatores externos como uso de álcool, desemprego e infidelidade. A legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar está relacionada a crenças que justificam a tolerância da violência com a ideia de manutenção da unidade familiar tradicional e preservação da privacidade familiar. O nível de consistência interna do instrumento, avaliado por meio do coeficiente alpha de Cronbach, foi de 0,93 (Machado et al., 2008).
- b) CTS 2 – *Revised Conflict Tactics Scale* (Straus et al., 1996): tem o objetivo de identificar violência nos relacionamentos conjugais (namoro, uniões estáveis, casamentos). Para a presente pesquisa, será utilizada a versão brasileira adaptada e traduzida de Moraes et al., (2002). Contém 78 itens e cinco escalas que representam cinco dimensões: 1- violência física, 2- agressão psicológica, 3- coerção sexual, 4- lesão corporal e 5- negociação. Os participantes devem assinalar as respostas de caráter relacional que descrevem ações do respondente e reciprocamente de seu companheiro

de acordo com as situações apresentadas. A violência física, segundo Straus (1996), é definida por agressões de menor intensidade, que são agarrar, empurrar, jogar objeto, dar tapa, torcer o braço e puxar o cabelo, e graves, que envolvem: dar soco, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar ou escaldar, usar uma faca ou arma de fogo. A agressão psicológica é dividida em menor intensidade, que abrange os atos de insultos, gritos, ofensas, xingamentos, ameaças e virar as costas em meio a uma briga, e grave que são relativas aos atos de destruir objeto pessoal do companheiro e ofender de feio, gordo, “ruim de cama” ou algo parecido. A coerção sexual também pode ser de menor intensidade, quando se refere à insistência em fazer sexo, sem utilização de força física ou obrigar a ter relações sem preservativo, ou coerção sexual grave, que corresponde a ações de ameaças ou utilização de força e armas para coagir o parceiro a fazer sexo. Já a lesão corporal de menor intensidade refere-se à ocorrência de contusão, torção, manchas roxas ou dores no corpo que duram até o dia seguinte em função de uma briga, diferente da lesão corporal grave, que diz respeito à ocorrência de desmaio e quebra de algum osso, bem como à necessidade de busca por auxílio médico depois de uma briga. A negociação é caracterizada pelo conjunto de ações que tenham o objetivo de resolução de conflitos e são usadas baseando-se na argumentação racional, comunicação de afeto positivo ou expressão de sentimentos de respeito e cuidado pelo companheiro(a). Os itens são respondidos em escala Likert de oito pontos, variando de nunca aconteceu a aconteceu mais de 20 vezes no último ano. No estudo de Paim et al., (2012), o coeficiente alfa de Cronbach para a CTS2 foi de 0,88, revelando boa consistência interna.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

Todos os participantes foram contatados de forma *online*, através de convites nas redes sociais. Nesses convites, constava a explicação dos objetivos deste estudo e a possibilidade de opção do participante em responder a pesquisa de forma *online* ou presencial. A participação na pesquisa foi voluntária e os usuários que aceitaram participar da pesquisa no formato *online* deram o aceite no link da pesquisa, concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não houve participantes que aceitaram participar da coleta presencial.

A pesquisa seguiu todas as recomendações éticas e orientações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), para a pesquisa com seres humanos. Os participantes tiveram a oportunidade de deixar de participar da pesquisa ou interrompê-la a qualquer momento, caso tivessem algum desconforto, mas isso não aconteceu. Os dados que podem identificar os participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do programa SPSS 22. 0 (Statistical Package for Social Science). Considerando que os dados de violência não possuem pressupostos de normalidade, foram utilizados testes não paramétricos para análise. Para a comparação entre os grupos, foi utilizado o teste de Mann-Whitney e análise de regressão para avaliação do papel preditivo das características sociodemográficas no nível de concordância com as crenças sobre violência. Em todas as análises, foi considerado o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

Resultados

A avaliação das crenças sobre a legitimação da violência é uma tarefa complexa, considerando que existe uma expectativa social sobre as respostas, havendo a possibilidade de

manipulação das informações (Azzi, 2011; Pereira e Amorim, 2020). Neste estudo, foram obtidos os dados apresentados na Tabela 2:

Tabela 2

Porcentagem de respostas na Escala de crenças sobre violência conjugal

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1) O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta uma pequena percentagem da população.	34,1	34,1	4,9	17,1	9,8
2) Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.	62,1	37,9	0	0	0
3) Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).	33,9	52,4	9,7	4,0	0
4) O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.	63,7	30,6	4,0	1,6	0
5) É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.	48,4	42,7	7,3	1,6	0
6) A causa da violência é o abuso de álcool.	21,8	33,9	21,8	21,8	0,8
7) A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.	61,0	33,3	2,4	1,6	1,6
8) Os homens batem nas mulheres apenas quando “estão de cabeça perdida”, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram.	62,1	33,1	3,2	1,6	0
9) Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.	60,5	37,1	1,6	0,8	0
10) Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extraconjugais.	34,1	39,8	19,5	6,5	0
11) Uma parceira infiel merece ser maltratada.	68,5	29,8	1,6	0	0
12) Se a minha parceira me insulta, tenho razões para a agredir.	78,2	21,8	0	0	0
13) Algumas mulheres merecem que lhes batam.	77,4	20,2	2,4	0	0
14) Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais.	79,0	21,0	0	0	0
15) Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.	75,0	21,8	3,2	0	0
16) Dar uma bofetada à parceira quanto se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.	85,5	14,5	0	0	0
17) A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.	66,9	29,0	3,2	0,8	0

18) Os insultos são normais entre um casal.	64,8	29,5	2,5	3,3	0
19) Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.	75,4	22,1	2,5	0	0
20) Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.	65,3	29,0	4,8	0,8	0
21) Entre marido e mulher ninguém deve “meter a colher”.	61,3	29,0	8,9	0,8	0
22) Uma bofetada não magoa ninguém.	82,3	17,7	0	0	0
23) Algumas mulheres fazem os homens “perder a cabeça” e, por isso, é natural que eles lhes batam.	72,6	22,6	4,8	0	0
24) Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.	76,4	22,0	1,6	0	0
25) É mais aceitável um homem bater na mulher do que ao contrário.	72,4	23,6	1,6	1,6	0,8

Constata-se que, de maneira geral, há bem maior discordância com as crenças do que concordância. Os itens com menor nível de discordância referem-se às crenças de legitimação da violência pela atribuição de causas externas, que estão relacionados com crenças que tiram a responsabilidade da violência do autor da violência e a atribui a causas externas como: uso de álcool, relações extraconjugais e desemprego. Nesse cenário, os sujeitos demonstram algum nível de concordância com a justificativa da violência por essas situações.

Foram testadas comparações entre grupos de acordo com o gênero (feminino e masculino) da amostra, considerando as crenças sobre violência. Na comparação das variáveis, considerando o gênero, foi observada diferença significativa em todas as categorias de crenças avaliadas: legitimação e banalização da pequena violência ($U=1011,000$; $p= 0,007$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($U= 1166,500$; $p=0,026$), legitimação da violência pela atribuição a causas externas ($U= 1157,000$; $p=0,023$), legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($U= 1152,500$; $p= 0,021$ e ECVC Total ($U=952,500$; $p=0,005$). Foram observadas maiores médias masculinas no que diz respeito à concordância com as crenças sobre violência conjugal, em comparação com as mulheres. A Tabela 3

apresenta as diferenças encontradas:

Tabela 3

Comparação da concordância aos fatores das crenças sobre violência conjugal entre homens e mulheres

Fator	Gênero	Médias	P
Legitimação e banalização da pequena violência	Feminino	1,2294	p=0,0007
	Masculino	1,4611	
Legitimação da violência pela conduta da mulher	Feminino	1,3744	p=0,026
	Masculino	1,5553	
Legitimação da violência ela atribuição a causas externas	Feminino	1,6357	p=0,023
	Masculino	1,8684	
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	Feminino	1,4878	p= 0,021
	Masculino	1,7368	
ECVC-Total	Feminino	1,4032	p=0,005
	Masculino	1,6292	

Os resultados sobre o poder preditivo das características sociodemográficas no nível de concordância com as crenças legitimadoras da violência conjugal podem ser observados a partir da tabela 4.

Tabela 4

Modelo de regressão

Variáveis sociodemográficas preditoras da concordância com as crenças sobre violência					
Variáveis do modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
Gênero	0,229	0,079	0,298	2,914	0,005
Escolaridade	-0,092	0,045	-0,207	-2,029	0,046
R=0,332 R ² = 0,110 R ² ajustado= 0,090					

Considerando os dados acima, pode-se perceber que as variáveis sociodemográficas que foram preditoras das crenças sobre violência são ser do gênero masculino (p=0,005) e ter menores níveis de escolaridade (p=0,046).

Discussão

Considerando os resultados descritos acima a respeito da concordância com as crenças sobre a violência conjugal, pode-se inferir que os indivíduos da amostra têm baixos níveis de consentimento com relação às ideias que legitimam a violência nos relacionamentos íntimos. Os níveis de concordância estiveram um pouco mais altos nos fatores que atribuíam a violência a causas externas, o que pode ser justificado pelo fato de muitas vezes o indivíduo ter a tendência a colocar a culpa de seus atos violentos em causas externas a ele, acreditando que em algumas situações não tem o controle completo de seu comportamento como uma forma de tentar se eximir da culpa. Em muitos casos relacionados à violência contra a mulher, a culpa pelo ato é colocada na própria vítima (Einhardt & Sampaio, 2020; Santos et al, 2018; Taufner, 2020).

Níveis baixos de concordância com as crenças que legitimam a violência, já podem ser vistos em outros estudos que abordaram a identificação dessas crenças (Mendes & Cláudio, 2010; Moura, 2019; Ventura et al, 2013). O que pode ser observado nesses resultados é que os sujeitos atualmente podem ter maior consciência do fenômeno da violência a considerando dessa forma como algo não justificável, mas também por outro viés pode significar que os indivíduos respondentes das pesquisas buscam dar respostas mais aceitas socialmente.

No que diz respeito à comparação de gênero, pode-se observar que nesse estudo os resultados corroboraram com a literatura prévia ao demonstrar que há diferença de gênero no que diz respeito à concordância com as crenças legitimadoras da violência nos relacionamentos íntimos (Massano, 2018; Moura, 2021). Os homens apresentam maior concordância em comparação com as mulheres. Essas diferenças foram observadas em todos os fatores de legitimação da violência.

Os dados desse estudo reforçam os achados de outras pesquisas internacionais que indicam diferenças de gênero na concordância das crenças sobre violência. O estudo de Massano (2018) avaliou 306 estudantes universitários de Portugal, tendo por um de seus objetivos averiguar a existência de diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino utilizando a ECVC (Machado et al., 2008). Nessa pesquisa os resultados apontaram a existência de diferenças significativas no nível de crenças legitimadores da violência entre estudantes do sexo masculino e feminino. As diferenças também ocorreram em todas as dimensões da escala e as autoras atribuem esse resultado a questões culturais, oriundas de um contexto patriarcal, pois na cultura avaliada é comum se atribuir divisões de papéis e comportamentos desejáveis de acordo com o gênero, objetificando a mulher e a colocando muitas vezes como posse do homem, por estar em uma situação assimétrica na relação de gênero e, dessa forma, no que diz respeito à violência, essa cultura acaba naturalizando-a dentro das relações conjugais.

As diferenças nos níveis de concordância nas crenças entre homens e mulheres podem ser explicadas por questões culturais e de criação masculina que reforçam a agressividade masculina e a naturaliza. Em geral, o discurso da masculinidade ligada à virilidade e agressão ganha força e reforça a ideia de que o homem pode e deve demonstrar mais sua agressividade de maneira justificada. Essa naturalização ocorre não apenas nas relações conjugais, mas a abrange. O fenômeno da naturalização e justificação da violência masculina pode ser vista em vários âmbitos sociais (Beiras et al, 2020; Silva et al, 2022).

A construção da masculinidade e sua influência nas crenças sobre violência também pode ser vista no trabalho de Silva et al. (2022), que teve por objetivo compreender os elementos constitutivos da masculinidade ensinados e apreendidos na infância que foram reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal. Nessa pesquisa, foram realizadas entrevistas com 13 homens em processo criminal por violência conjugal. Os dados

foram organizados segundo análise de conteúdo temática categorial e interpretados à luz do referencial teórico sobre masculinidade. Os resultados da pesquisa indicaram que vários foram os elementos constitutivos da masculinidade que foram apreendidos na infância, entre eles a imposição de normas familiares e detenção de poder em relação à mulher, o que corrobora com a ideia de que as crenças sobre violência têm um fator transgeracional importante e são construídas de forma mais intensa nos homens desde a sua infância.

No que diz respeito aos resultados referentes às variáveis sociodemográficas como preditoras das crenças sobre violência, foi observado que novamente aparece a questão de ser do gênero masculino como fator preditor das crenças. Além disso, menores níveis de escolaridade também se encontram como um fator preditor de maiores níveis de concordância com as crenças. Esse dado também é condizente com a literatura prévia que indica que indivíduos com maiores níveis de escolaridade tendem a ter mais repertório de habilidades sociais frente à resolução de conflitos, o que pode evitar situações de violência dentro dos relacionamentos íntimos (Holanda, 2017; Lemos et.al, 2023; Madureira et al, 2014; Pinheiro & Andrade, 2023).

Esses dados também corroboram com o estudo realizado por Paiva et al. (2021), no qual participaram 305 indivíduos da população geral da cidade de João Pessoa. Nesse estudo a amostra foi dividida em dois grupos: não vítimas de violência e vítimas de violência e com histórico familiar e sem histórico familiar, sendo que no momento do estudo a maioria dos respondentes de encontrava em um relacionamento amoroso. A pesquisa teve por objetivo analisar em que medida as pessoas de modo geral concordam com as crenças legitimadoras da violência através da escala de violência conjugal de Félix (2012), que é composta por três fatores: legitimação e banalização da pequena violência, legitimação da violência por descumprimento dos deveres/expectativas do parceiro(a) e legitimação da violência por sua

atribuição a causas externas. O estudo relacionou os níveis de concordância das crenças com as características sociodemográficas dos participantes e constatou que entre características que se relacionam com maior concordância dos fatores de legitimação das crenças estão: o gênero masculino e ter menor escolaridade. Indivíduos homens com menor escolaridade concordam mais com a banalização da pequena violência em comparação aos indivíduos mulheres com maior escolaridade. Dado semelhante ao obtido no presente estudo.

O desenvolvimento de crenças sobre violência estar ligado ao gênero e níveis de escolaridade leva a reflexão de questões sociais sobre assimetria e desigualdade de gênero na sociedade, assim como ao acesso à educação, fatores que indiscutivelmente devem ser trabalhados como forma de prevenção à violência nos relacionamentos íntimos. Intervenções preventivas direcionadas a grupos específicos talvez possam ser mais efetivas no combate à violência.

Considerações finais

O estudo apresentou que, de maneira geral, a amostra discorda das crenças legitimadoras da violência nos relacionamentos íntimos. Esse dado pode ser considerado um avanço no sentido de pelo menos haver uma maior consciência social de que a violência é um fenômeno que não pode ser legitimado e banalizado nas conjugalidades. Todavia, foram constatadas diferenças significativas quando comparados os gêneros masculino e feminino, no que diz respeito ao nível de concordância com as crenças sobre violência conjugal. Essas diferenças reforçam a ideia de que questões culturais relacionadas aos estereótipos de gênero influenciam a visão que os indivíduos têm sobre a violência. A cultura que associa o conceito de masculinidade à violência e virilidade parece impactar fortemente a concepção preponderantemente masculina que naturaliza e legitima a violência em todas as esferas

sociais, inclusive dentro dos relacionamentos íntimos (Einhardt & Sampaio, 2020; Paixão et al., 2018; Santos et al., 2018).

A pesquisa aponta também que ser do gênero masculino e ter menores níveis de escolaridade foram preditores da concordância com as crenças sobre violência. A relação de características de gênero e escolaridade reforça o que pesquisas prévias já apontam ao relacionar esses fatores a maior ocorrência de violência nas relações conjugais. Considerando que existe um perfil mais suscetível à concordância com crenças que legitimam a violência, que são os homens e com menor escolaridade, se faz importante que sejam trabalhados com esse público a desconstrução e ressignificação dessas crenças, assim como a relevância dessa mudança como forma de prevenção da violência nos relacionamentos íntimos.

Essa pesquisa não tem a pretensão de generalizar os fatos. No entanto, ao compreender que existe maior prevalência de determinadas características preditoras no fenômeno da violência conjugal, que se faz tão nocivo às relações sociais da atualidade, sua compreensão tem a proposta de apresentar de forma mais específica esses preditores e formas de prevenção do desenvolvimento dessas crenças.

A legitimação das crenças sobre violência sendo vivenciada de formas diferentes por homens e mulheres nos faz repensar também como a sociedade contemporânea tem trabalhado esses temas complexos considerando essas diferenças. Assim, compreendendo a grandeza e complexidade do fenômeno é importante que novas pesquisas sejam desenvolvidas no sentido de compreender mais seus preditores e propondo mais formas de prevenção para profissionais e sociedade em geral.

Referências

- Arias, E, Arce, R, Vázquez, M. J & Marcos, V. (2020). Eficacia del tratamiento en la competencia cognitiva en sentenciados por violencia de género. *Anales de psicología*, 36, 3, 426-434.
- Brasil. Atlas da violência. (2020). Instituto de pesquisa econômica aplicada.
- Brasil. Violência doméstica durante a pandemia de covid-19 (2020). Fórum brasileiro de segurança pública.
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020 [publicação na web]; 2020 [acesso em março 20]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt/br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>.
- Beck, J.S. (2021). Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. 3ª Ed, Porto Alegre: Artmed.
- Beiras, A., Benvenutti, M.P., Toneli, M.J.F., Cavaler, C.M. (2020). Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 17, 01-22.
DOI:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e72407>.
- Cabral, P. C., & Rodríguez-Díaz, F. J. (2017). Violência conjugal: crenças de atuais e futuros profissionais implicados na sua resposta e prevenção – direitos, saúde e educação. *Saber & Educar*, 23(275), 152-167. doi: 10.17346/se.vol23.275.
- Cerqueira, D; Bueno, Samira (coord.) (2024). Atlas da violência Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

Dancey, C.P., Reidy, J. (2013). Estatística sem matemática para psicologia. Porto Alegre, RS: Penso.

Dulius. G, T., Sudbrack, A.W., Silveira, L.M.O.B. (2021). Aumento da violência intrafamiliar e os fatores associados durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa de literatura. *Revista saúde em redes*, 7, 1, 1-10.

Einhardt, A., Sampaio, S.S. (2020). Violência Doméstica Contra a Mulher- com a fala, eles, os homens autores de violência. *Serv. Soc. Soc.*, 138, 359-378.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.217>.

Felix, D.S.S. Crenças de legitimação da Violência de Género e Efeitos de Campanhas de Prevenção: Um estudo exploratório. (Dissertação de Mestrado). Secção de Psicologia da Educação e da Orientação. Universidade de Lisboa. Portugal, 2012.

Haack, K.R. (2017). Experiências na família de origem, ciúme e violência conjugal. *Tese de doutorado*. São Leopoldo: Unisinos.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). Análise multivariada de dados. São Paulo: Bookman Editora.

Holanda, Eliane Rolim de; Holanda, Viviane Rolim de; Vasconcelos, Marilena Silva de; Souza, Valesca Patriota de & Galvão, Marli Teresinha Gimeniz (2017). Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(1), 1-9. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6580>.

Lovibond, P. & Lovidond, S. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the depression anxiety stress scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33 (3), 335- 343.

- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Manual de escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C. V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual*. Braga: Editora Psiquilíbrios.
- Madureira, A. B., et al. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery*, 18(4), 600-606. doi: 10.5935/1414-8145.20140085
- Massano, F.C. (2018). Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior. *Dissertação de mestrado*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Mendes, E. R. B., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In Nogueira, C., et al. (Eds.), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3219-3230). Braga: Universidade do Minho.
- Moraes, C.L, Hasselmann, M.H, Reichenheim, M.E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 163-175.
- Moura, J.Q., Bordini, T.C.P.M., Ennes, J.V., Kucera, M.F., Krindges, C & Habigzang, L.F. (2020). Homens autores de violência contra a mulher: um estudo descritivo. *Contextos Clínicos*, 13,1,174-197. doi: 10.4013/ctc.2020.131.09
- Moura, J.Q, Habigzang, L.F, Matos, M & Gonçalves, M. (2021). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECV): Versão Brasileira. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 26, 4, p. 603-616. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>

- Paim, K., Madalena, M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8 (1), 31-39.
- Paiva, T.T., Tavares, S.M., Pimentel, C.D., Moura, G.B. (2021). Crenças legitimadoras da violência conjugal. *Saúde populacional: metas e desafios do século XXI*, 74-88.
- Paixão, G.P.N., Pereira, A., Gomes, N.P., Campos, L.M., Cruz, M.A., Santos, P.F.M. (2018). A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: discurso de homens. *Texto Contexto Enfermagem*, 27(2), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003820016>
- Pinheiro, L.M.S & Andrade, T.A. (2023). Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira. *Psic. Rev. São Paulo*, 32, 1, 82-101. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2023v32i1p82-101>.
- Razera, J., Falcke, D. (2014). Relacionamento conjugal e violência: sair é mais difícil que ficar? *Aletheia*, 45, 156-167.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B., Murad, F. C., & Garcia, A. G. Q. (2013). Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, W.J., Oliveira, P.P., Viegas, S.M.F., Ramos, T.M., Policarpo, A.G., Silveira, E.A.P. (2018). Violência Doméstica Contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo: Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Rev Fund Care Online*. jul./set.; 10(3):770-777. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777>
- Silva, A.F., Estrela, F.M., Magalhães, J.R.F., Gomes, M.P., Pereira, A., Carneiro, J.B., Cruz, M.A & Costa, D.M.S.G. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/ aprendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados

- criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(6):2123-2131. DOI: 10.1590/1413-81232022276.18412021.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Buncy-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.
- Taufner, I.M. (2020). O atendimento a homens autores de violência contra a mulher: entre negações e justificativas. *Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social* ISSN 2175-098X.
- Ventura, M. C. A. A., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M. J. S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(8), 95-103. doi:10.12707/RIII12120.
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of affective disorders*, 155, 104-109.

Considerações Finais da Tese

Compreender o fenômeno da violência conjugal e suas múltiplas facetas é um processo desafiador, considerando a sua complexidade. Dessa forma, o objetivo dessa tese foi analisar de forma mais aprofundada os pensamentos e crenças que os indivíduos têm sobre a violência e como isso afeta seu comportamento em relação a ela. Tendo em mente que a cognição é um grande fator influente na formação de crenças e que influenciam emoções e comportamentos, identificar as crenças prevalentes sobre a violência conjugal se faz importante para que se consiga desenvolver intervenções efetivas nas reações emocionais e comportamentais que se desdobram a partir dessas cognições.

Esta tese foi composta por três artigos empíricos, que buscaram compreender essa relação entre crenças e violência e seus desdobramentos na saúde mental dos envolvidos. Foi possível observar através do primeiro artigo qualitativo, que existem crenças cognitivas sobre a violência que tendem a explicar esse fenômeno e elas estão agrupadas em ideias relacionadas à cultura, gênero e masculinidade; transgeracionalidade e naturalização da violência e justificativas diversas para a ocorrência da violência. Os indivíduos dessa forma, compreendem a violência como fator cultural que perpassa de geração em geração, tende a ser naturalizada nas relações conjugais levando até a sua naturalização e justificação. Quando a violência é naturalizada e justificada como algo aceito no relacionamento conjugal, ela tem maior probabilidade de ocorrer.

Nos estudos quantitativos, por sua vez, foi possível observar baixos níveis de concordância com as crenças legitimadoras da violência conjugal. Os fatores: gênero (masculino) e escolaridade (menor escolaridade), foram vistos como maiores preditores na concordância com as crenças legitimadoras da violência e. Isso indica que é preciso desenvolver mais trabalhos pautados na psicoeducação dos efeitos da violência em pessoas

do gênero masculino e com menor escolaridade. Programas mais focados em grupos específicos podem ter maior potencial de compreender as idiossincrasias desses indivíduos e tendem a ser mais efetivos.

No entanto, apesar desses baixos níveis de concordância com as crenças sobre violência, o nível de violência cometido e sofrido nos relacionamentos conjugais, principalmente a violência psicológica de menor intensidade, se encontram elevados na amostra do presente estudo. Ou seja, é possível observar a consciência acerca da não legitimação das crenças sobre violência, no entanto, parece não haver uma mudança comportamental efetiva, pois os participantes ainda cometem violência em seus relacionamentos íntimos, com índices semelhantes ao de estudos prévios. Esses dados levam a compreensão do quanto prevenir a violência conjugal é algo complexo, pois não adianta apenas uma mudança cognitiva e desenvolvimento de maior consciência sobre o fenômeno. Além disso, é importante que se tenha intervenções pautadas em regulação emocional, desenvolvimento de habilidades sociais, dentre outras técnicas, que possam auxiliar de forma efetiva na prevenção da violência.

O impacto à saúde mental dos envolvidos também é um ponto importante de destaque nos resultados desta tese, pois por mais que os níveis de adoecimento psicológico não tenha se associado com as crenças legitimadoras da violência, eles se associaram com a ocorrência da violência. Pode-se, dessa forma, perceber que a maior ocorrência de violência nos relacionamentos conjugais é um fator de risco à saúde mental dos envolvidos aumentando seus níveis de ansiedade, depressão e estresse.

Espera-se que, de alguma forma, os resultados desta tese possam auxiliar na compreensão das crenças sobre a violência conjugal, contribuindo para futuras intervenções que visem o manejo de mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais efetivas como forma de prevenção à violência nos relacionamentos íntimos. Como nesse estudo a amostra

masculina se mostrou menor que a feminina, sugere-se novos estudos com um número maior do público masculino, assim como se faz importante que pesquisas sejam direcionadas para análise dessas variáveis em casais, para que uma análise diádica seja realizada e a compreensão do fenômeno seja realizada de forma ainda mais efetiva.

Referências

- Acosta, M. L. (2020). Gender-based violence during the pandemic and lockdown. *Revista Española de Medicina Legal*, 46(3), 139-145. <https://doi.org/10.1016/j.reml.2020.05.005>
- Arias, E, Arce, R, Vázquez, M. J & Marcos, V. (2020). Eficacia del tratamiento en la competencia cognitiva en sentenciados por violencia de género. *Anales de psicología*, 36, 3, 426-434.
- Adebowale O, James B. (2020). The association between intimate partner violence, psychiatric morbidity amongst pregnant women and partner alcohol use in southern Nigeria. *Afr J Prm Health Care Fam Med*. 12(1), a2226, 1-7. <https://doi.org/10.4102/phcfm.v12i1.2226>.
- Bahls, S.C., Navolar, A.B.B. (2004). Terapia cognitivo comportamentais: conceitos e pressupostos teóricos. *Psico UTP online*, n4, Curitiba.
- Batista, V,C., Marcon, S.S., Arruda, G.O., Teston, E.F., Monteschio, L.V.C., Godoy, F.J., Cardelli, A.A.M., Silva, E.S. (2020). Fatores associados às práticas de violência conjugal m mulheres de apenados. *Acta Paulista de Enfermagem*, 33, 1-11. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020AR01505>.
- Beck, J. S. (2021). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (3ª ed.). Artmed.
- Beiras, A., Benvenuti, M.P., Toneli, M.J.F., Cavaler, C.M. (2020). Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 17, 01-22. DOI:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e72407>.
- Borges, J. L., Heine, J. A., & Dell' Aglio, D. D. (2020). Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 438-448. <https://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2>

Brasil. Atlas da violência. (2020). Instituto de pesquisa econômica aplicada.

Brasil. Violência doméstica durante a pandemia de covid-19 (2020). Fórum brasileiro de segurança pública.

Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020 [publicação na web]; 2020 [acesso em março 20]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597.

Brum, R. R., Pereira, C. R. R., Rodrigues, T. P., & Santos, A. N. (2021).

Transgeracionalidade e violência: Um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Psicologia e Pesquisa*, 15, 1-28. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.31206>

Cabral, P. C., & Rodríguez-Díaz, F. J. (2017). Violência conjugal: crenças de atuais e futuros profissionais implicados na sua resposta e prevenção – direitos, saúde e educação. *Saber & Educar*, 23(275), 152-167. doi: 10.17346/se.vol23.275.

Campos, L. M., Gomes, M. P., Almeida, L. C. G., Webler, N., Virgens, I. R., Assunção, A. C. R., Santos, J. G., & Costa, D. M. S. G. (2024). *Revista Mineira de Enfermagem*, 28, e-153, 1-8. <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2023.41387>

Cândido, I. P. M. B., & Filho, O. A. V. (2020). Causas da violência doméstica e familiar contra mulheres em Caruaru/PE. *Revista Científica do UniRios*, 2, 366. Recuperado de https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/25/causas_de_violencia.pdf

- Cardoso, B. L. A. (2017). Habilidades sociais e satisfação conjugal de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão.
- Cardoso, B.L.A & Costa, N. (2019). Marital Social Skills and Marital Satisfaction of Women in Situations of Violence. *Psico-USF*, 24, 2, 299-310.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712019240207>.
- Cardoso, B.L.A & Costa, N. (2019). Desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: Um estudo teórico. *Interação em psicologia*, 23, 1, 20-32.
- Carneiro, J.B., Gomes, N.P., Estrela, F.M., Santana, J.D., Mota, R.S., Erdmann, A.L. (2017). Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas (os). *Escola Anna Nery*, 21(4), 1-7.
- Cerqueira, D; Bueno, Samira (coord.) (2024). Atlas da violência Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
 Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- Cerulli, C., Bossarte, R.M. & Dicther, M;E. (2014). Exploring intimate partner Violence status among male veterans and associated health outcomes. *American Journal of Men's health*, 8 (1), 66-73.
- Cezario, A.C.F., Fonseca, D.S., Lopes, N.C., Lourenço, L.M. (2015). Violência entre parceiros íntimos: Uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. *Temas em Psicologia*, 23(3), 565-575.
- Cezerillo, F. A. D. S. L., & Franze, J. J. (2020). A problemática da violência conjugal em Moçambique. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 7(1), 33-51. Recuperado de <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/348/208>

- Chan, K.L., Straus, M.A., Brownridge, A.D., Tiwari, A., Leung W.C. (2008). Prevalence of dating partner violence and suicidal ideation among male and female university students worldwide. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 53(6), 529-537.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R. & Falcke, D. (2015). De Geração em Geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502.
<http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20979>.
- Colossi, P.M., Falcke, D. (2019) Implications of Experiences in the Family of Origin and Infidelity in Violence Loving Relationships. *Trends in Psychology*., Ribeirão Preto, vol. 27, nº 2, p. 339-355 – Jun.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Recuperado de
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014
- Cunha, E.S., Souza, H.S., Jesus, M.N., Peneluc, I. (2022). Crime de estupro marital: configuração de violência sexual nas relações conjugais. *Revista Diálogos & Ciência*, 2, 1, 268-285. DOI: 10.7447/1678-0493.2022v2n1p268-285.
- Dancey, C.P., Reidy, J. (2013). Estatística sem matemática para psicologia. Porto Alegre, RS: Penso.
- Dulius. G, T., Sudbrack, A.W., Silveira, L.M.O.B. (2021). Aumento da violência intrafamiliar e os fatores associados durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa de literatura. *Revista saúde em redes*, 7, 1, 1-10.
- Einhardt, A., Sampaio, S.S. (2020). Violência Doméstica Contra a Mulher- com a fala, eles, os homens autores de violência. *Serv. Soc. Soc.*, 138, 359-378.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.217>.

- Falcke, D., Boeckel, M. G. & Wagner, A. (2017). Violência conjugal: mapeamento do fenômeno no Rio Grande do Sul. *Psico*, 48(2), 120-129. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.25148>.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-45). Edipucrs.
- Falcke, D., Wagner, A., & Mosmann, C. (2005). Passando a história a limpo: O impacto das experiências da família de origem na conjugalidade. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 67-79). Edipucrs.
- Felix, D.S.S. Crenças de legitimação da Violência de Género e Efeitos de Campanhas de Prevenção: Um estudo exploratório. (Dissertação de Mestrado). Secção de Psicologia da Educação e da Orientação. Universidade de Lisboa. Portugal, 2012.
- Ferrer-Pérez, V. A., Bosch-Fiol, E., Sánchez-Prada, A., & Delgado-Álvarez, C. (2019). Crenças e atitudes sobre a violência praticada pelos parceiros íntimos contra as mulheres na Espanha. *Psicothema*, 31(1), 38-45. <https://doi.org/10.734/psicothema2018.206>
- Gonçalves, D. M. (2020). Fatores de risco preditores de episódios de violência doméstica repetida: Avaliação de risco focalizada nas vítimas (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Gonçalves, M., Silva, M.M & Matos M. (2021). Violência na intimidade: Crenças na comunidade Africana Lusófona residente em Portugal. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 35 (1), 1-10. doi:10.17575/psicologia.v35i1.1448
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.
- Guilherme, M.L.F., Pereira, R.A. (2024). "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher": um olhar dialógico para webnotícias sobre violência contra a mulher. *Dialógo das letras*, Pau dos Ferros, 13, 1-18. <https://doi.org/10.22297/2316-17952024v13e02418>.

- Haack, K.R. (2017). Experiências na família de origem, ciúme e violência conjugal. *Tese de doutorado*. São Leopoldo: Unisinos.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. São Paulo: Bookman Editora.
- Holanda, Eliane Rolim de; Holanda, Viviane Rolim de; Vasconcelos, Marilena Silva de; Souza, Valesca Patriota de & Galvão, Marli Teresinha Gimeniz (2017). Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(1), 1-9. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6580>
- Kamimura, A, Nourian, M.M, Assasnik, Nushean, Franchek-Roa, K. (2016). Depression and intimate partner violence among college students in Iran. *Asian Journal of Psychiatry*, 23, 51–55.
- Klanovicz , L.R.F., Pereira, C.A.T. (2021). Violência sexual conjugal: gênero e transgeracionalidade em histórias orais no sul do Brasil. *Revista Nau Social*, 12, 22, 526-543.
- Lacerda, L., Costa, N. (2013). Relação entre comportamentos emocionais ciumentos e violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(3), 21-36.
- Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J. C., Guignard, S., & Monaco, G. L. (2021). Legitimizing intimate partner violence: The role of romantic love and the mediating effect of patriarchal ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 6351-6368.
<https://doi.org/10.1177/0886260518818427>
- Lemos, D.C., Falcke, D., Oliveira, E.L. (2023). Ciúme, violência conjugal e saúde mental: prevalência e fatores associados. *Quaderns de Psicologia*, 25, 2, e1921, 1-21.
<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1921>

- Lima, L.S.; Carmo, T. O. A.; Neto, C. S. B.; Pena, J. L. C. (2020). Síntomas depressivos en gestantes y violencia de pareja: un estudio transversal . *Enfermagem Global*, 19, 60, 1-15. DOI <https://dx.doi.org/10.6018/eglobal.408841>. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S169561412020000400001&lng=es&nrm=iso&tlng=es.
- Lixa, A. C. S. (2024). Violência bidirecional: Preditores sociodemográficos (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Lovibond, P. & Lovidond, S. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the depression anxiety stress scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33 (3), 335- 343.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Manual de escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C. V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual*. Braga: Editora Psiquilíbrios.
- Madalena, M., Carvalho, L. F., & Falcke, D. (2018). Violência conjugal: O poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 75-91.
- Madureira, A. B., et al. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery*, 18(4), 600-606. doi: 10.5935/1414-8145.20140085
- Marasca, A., Razera, J., Pereira, H. J. R., & Falcke, D. (2017). Marital physical violence suffered and committed by men. *PSICO-USF*, 22, 99-108.
- Martínez, S.L., Wasser, A.C. (2019). Depresión e ideación suicida en mujeres víctimas de violencia de pareja. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 9(1), 178-204. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v9.n1.1>.

- Massano, F.C. (2018). Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior. *Dissertação de mestrado*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Mendes, E. R. B., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In Nogueira, C., et al. (Eds.), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3219-3230). Braga: Universidade do Minho.
- Moraes, C.L, Hasselmann, M.H, Reichenheim, M.E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 163-175.
- Moura, J.Q., Bordini, T.C.P.M., Ennes, J.V., Kucera, M.F., Krindges, C & Habigzang, L.F. (2020). Homens autores de violência contra a mulher: um estudo descritivo. *Contextos Clínicos*, 13,1,174-197. doi: 10.4013/ctc.2020.131.09
- Moura, J. Q., Habigzang, L. F., Matos, M., & Gonçalves, M. (2021). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECV): Versão Brasileira. *Psico-USF*, 26(4), 603-616.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>
- Neis, L.F & Falcke, D. (2022). Violência conjugal e coping: a negação como estratégia de enfrentamento à violência por mulheres heterossexuais. *Psicologia Argumento*, 40 (111), 2545-2566.doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.111.AO09>
- Paim, K., Madalena, M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8 (1), 31-39.
- Paiva, T.T., Tavares, S.M., Pimentel, C.D., Moura, G.B. (2021). Crenças legitimadoras da violência conjugal. *Saúde populacional: metas e desafios do século XXI*, 74-88.

Paixão, G.P.N., Pereira, A., Gomes, N.P., Campos, L.M., Cruz, M.A., Santos, P.F.M. (2018).

A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: discurso de homens. *Texto Contexto Enfermagem*, 27(2), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003820016>

Pinheiro, L.M.S & Andrade, T.A. (2023). Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira. *Psic. Rev. São Paulo*, 32, 1, 82-101. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2023v32i1p82-101>.

Range, B. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Razera, J., & Falcke, D. (2014). Relacionamento conjugal e violência: Sair é mais difícil que ficar? *Aletheia*, 45, 156-167.

Ressel, L. B., Beck, C. L. C., Gualda, D. M. R., Hoffmann, I. C., Silva, R. M., & Sehnem, G. D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto e Contexto Enfermagem*, 17(4), 779-786. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>.

Rodrigues, P.A., Aguiar, C.D., Machado, M.M.D. (2021). Prevalência da violência contra a mulher e suas repercussões na maternidade. *Journal Of Nursing and Health*, 11, 1, 1-13. e2111119459.

Saffioti, H. I. B. (2011). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B., Murad, F. C., & Garcia, A. G. Q. (2013). Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill.

Sani, A.I., Coelho, A., Manita, C. (2018). Intervenção em situações de violência doméstica: Atitudes e crenças de polícias. *Psychology, Community & Health*, 7(1), 72–86, doi:10.5964/pch.v7i1.247.

Santos, I.B., Leite, F.M.C., Amorim, M.H.C., Maciel, P.MA., Gigante, D.P. (2020).

Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da atenção primária. *Ciência & saúde coletiva* 5, 5, 1935-1946. DOI: 10.1590/1413-81232024291.20452022.

Santos, W.J., Oliveira, P.P., Viegas, S.M.F., Ramos, T.M., Policarpo, A.G., Silveira, E.A.P.

(2018). Violência Doméstica Contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo:

Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Rev Fund Care*

Online. jul./set.; 10(3):770-777. DOI: [http://dx.doi.org/10.9789/2175-](http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777)

[5361.2018.v10i3.770-777](http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777)

Scorsolini-Comin, F., Moraes, N. A., & Koller, S. H. (2017). Resolução nº 510/2016 do

Conselho Nacional de Saúde: Inquietações, dilemas e perspectivas nas pesquisas das ciências humanas e sociais. *Revista SPAGESP*, 18(2), 1-5. Recuperado de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200001&lng=pt&nrm=iso)

[29702017000200001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200001&lng=pt&nrm=iso)

Silva, A.C.L.E., Coelho, E.B.S., Njaine, K. (2014). Violência conjugal: As controvérsias no

relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(4),

1255- 1262.

Silva, A.F., Estrela, F.M., Magalhães, J.R.F., Gomes, M.P., Pereira, A., Carneiro, J.B., Cruz,

M.A & Costa, D.M.S.G. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/

aprendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados

criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva*,

27(6):2123-2131. DOI: 10.1590/1413-81232022276.18412021.

Solveig Lelaurain,¹ David Fonte,¹ Jean-Christophe Giger,^{2,3} Séverin Guignard,⁴ and

Grégory Lo Monaco. Legitimizing Intimate Partner Violence: The Role of Romantic Love

and the Mediating Effect of Patriarchal Ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*

2021, Vol. 36(13-14) 6351–6368.

Souza, D. C., & Duque, A. N. (2018). A influência do machismo na violência conjugal: Uma

revisão de literatura entre 2000-2017. *Gênero na Amazônia*, 13, 187-199. Recuperado de

https://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-13/14_A-influencia-do-Machismo-e-Violencia-Conjugal..pdf

- Stochero, L., Pinto, L.W. (2024). Prevalência e fatores associados á violência contra as mulheres rurais: um estudo transversal, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. *Ciência e Saúde Coletiva*, 29, 1, 1-11. DOI: 10.1590/1413-81232024291.20452022.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Buncy-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.
- Taufner, I.M. (2020). O atendimento a homens autores de violência contra a mulher: entre negações e justificativas. Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X.
- Tissot, D. W., & Falcke, D. (2017). A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 265-276.
- Teodoro, F. N. J., & Brasil, L. F. (2020). A banalização da violência contra a mulher: Uma análise da culpabilização da vítima sob o olhar de Hanna Arendt. *Práxis Juridic@*, 4(1), 1-23. Recuperado de file:///Users/daysechaveslemos/Downloads/jmoura,+6426-Texto+do+artigo-10890-1-6-20210203.pdf
- Ventura, M. C. A. A., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M. J. S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(8), 95-103. doi:10.12707/RIII12120.
- Victoria A. Ferrer-Pérez, Esperanza Bosch-Fiol, Andrés Sánchez-Prada, and Carmen Delgado-Álvarez. (2019). Crenças e atitudes sobre a violência praticada pelos os parceiros íntimos contra as mulheres na Espanha. *Psicothema*, Vol. 31, No. 1, 38-45 doi: 10.734/psicothema2018.206.

Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of affective disorders*, 155, 104-109.

Wright, J.H, Basco, M. R, Thase, M. E. (2018). *Aprendendo a Terapia Cognitivo-Comportamental: um guia ilustrado*. Porto Alegre: Artmed.